

CRC
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO CEARÁ

Relato Integrado 2018



Relato Integrado 2018

Lista de Siglas e Abreviações

BF - Balanço Financeiro	NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	TI - Tecnologia da Informação
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	NE - Notas Explicativas	VPCI - Vice Presidência de Controle Interno
BO - Balanço Orçamentário	PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários	
BP - Balanço Patrimonial	PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	
CDA - Certidão de Dívida Ativa	PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação	
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	PEPC - Programa de Educação Profissional Continuada	
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho	PLS - Programa de Logística Sustentável	
CRCCE - Conselho Regional de Contabilidade do Ceará	PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	
DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa	PTA - Programa de Trabalho Anual	
DMPL - Demonstração da Multações do Patrimônio Líquido	PVCC - Profissionais da Contabilidade Cadastrados Voluntários	
DN - Decisão Normativa	RPP - Restos a Pagar Processados	
DVP - Demonstrações das Variações Patrimoniais	SEI - Sistema Eletrônico de Informações	
FBC - Fundação Brasileira de Contabilidade	SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	
FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã	SESI - Serviço Social da Indústria	
IN - Instrução Normativa	SGL - Sistema de Gestão por Indicadores	
JUCEC - Junta Comercial do Estado do Ceará	SPT - Sistema de Plano de Trabalho	
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	STF - Supremo Tribunal Federal	
MP - Ministério do Planejamento		
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade		

Sobre este relato

Bem-vindos.

Nosso objetivo com essa publicação é evidenciar como nossas atividades, inovações e investimentos contribuem para o crescimento da classe contábil cearense ao que nos compete, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, atuando no Registro, na Fiscalização do exercício profissional e promovendo a Educação Continuada de nossos profissionais registrados neste Órgão.

Nosso Relatório Anual é a plataforma que utilizamos para comunicar a todos os públicos de relacionamento como chegamos a esses resultados com transparência e ética.

Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018. Agradecemos a todos os colaboradores que estiveram envolvidos, direta e indiretamente, na construção dessa narrativa.

Sumário

Mensagem do Presidente.....	5	Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	29
Quem somos.....	6	• Declaração do Vice-presidente • Gestão Orçamentária e Financeira • Gestão de Pessoas • Gestão de Licitações e Contratos • Gestão Patrimonial e Infraestrutura • Gestão da Tecnologia da Informação • Sustentabilidade Ambiental • Gestão de Custos	
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	7		
• CRCCE • Organograma • Ambiente Externo • Cadeia de Valor		Demonstrações Contábeis.....	43
Planejamento Estratégico e Governança.....	11	Outras Informações Relevantes.....	61
• Planejamento Estratégico • Estrutura de Governança • Informações sobre Dirigentes e Colegiados • Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas • Acessibilidade aos Serviços e Instalações		Anexos.....	67
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	17		
Resultados da Gestão.....	19		

Mensagem do Presidente

O Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), órgão máximo da profissão contábil no Ceará e representante dos mais de 13 mil profissionais do estado, foi criado em 1946, pelo Decreto-Lei n.º 9.295, com o objetivo principal de fiscalizar o exercício do profissional da contabilidade, mas também registrar e promover a educação continuada a seus registrados.

Sendo guiados pela missão de “inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público”, nossa visão é que o Sistema CFC/CRCs seja reconhecido como participe no desenvolvimento sustentável do país e no pleno exercício da profissão contábil, no interesse público. Seguimos por esse caminho, nunca perdendo de vista valores inegociáveis como ética, excelência, confiabilidade e transparência.

Nesse ano de 2018, o planejamento estratégico do sistema foi redefinido para os próximos dez anos, por meio de debates e estudos ocorridos em seminário realizado em Brasília nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro e aprovado na reunião Plenária do CFC ocorrida em 16 de agosto. Direcionados pela missão e em busca do alcance da visão, os objetivos estratégicos englobam cinco perspectivas – Resultado Institucional, Público e Sociedade, Resultado Econômico, Tecnologia e Processos e Pessoas e Organização.

Nosso foco é o fortalecimento da profissão contábil, trabalhando para que o profissional da contabilidade se consolide como o tradutor oficial da linguagem universal dos negócios, firmando-se como um fator de proteção da

sociedade, e seguir atentos às transformações que possam atingir a profissão, sejam de natureza tecnológica, regulatória, mercadológica ou humanística. Tendo em vista que a Inteligência Artificial deu início a uma nova Era, estamos prontos para nos adaptarmos à modernidade que nos espera, fazendo uso dessa nova tecnologia em benefício da melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Ao construir esse documento, é com satisfação que podemos ver os progressos que já iniciamos, como o processo de implantação da nossa estrutura de governança, a evolução no número de parcerias e convênios em prol da atividade de fiscalização profissional, o êxito do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). Progressos que nos motivam e impulsionam a buscar o melhor a cada dia, tendo em vista nosso papel primordial de salvaguardar o interesse público.

No ano de 2018 foram julgados 1.961 processos de registro. Destes podemos destacar 575 processos entre primeiro registro e organizações contábeis (sociedade e empresário individual). Buscando sempre o melhor atendimento e o aperfeiçoamento do nosso trabalho o CRCCE, em parceria com o aplicativo Comunicação Pública, agora informa em tempo real a consulta online acerca dos tipos de processos de registros, andamentos, emissão de identidades profissionais, acompanhamento e demais informações pertinentes para a formalização do registro profissional. Contudo, o número de registros profissionais sofreu uma redução de 0,61% em 2018, quando comparado ao ano anterior, repetindo a situação ocorrida em 2017, em relação a 2016, quando houve uma queda de 0,55%. Esse quadro pode ser atribuído a



diversos fatores, dentre eles o atual contexto econômico.

Visando aprimorar a qualificação técnica dos profissionais da Contabilidade e atendendo de forma objetiva e dinâmica os parâmetros que norteiam o Programa de Educação Profissional Continuada, o Conselho, através do Departamento de Desenvolvimento Profissional promoveu 259 capacitações em 2018, dentre bate-papos, cursos, palestras, fóruns, mesas redondas, encontros, minicursos, seminários e workshops, atingindo um público de 5.398 profissionais registrados no CRCCE.

No âmbito das atividades da fiscalização, o CRCCE intensificou as atividades de coibição à informalidade de profissionais e organizações contábeis no Estado através de parcerias e convênios que otimizaram a fiscalização eletrônica. Em 2018 foram realizados 879 agendamentos, superando a meta de 800 previstos, além de 487 notificações e 392 autos de infração lavrados. A Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina julgou 303 processos dos quais 258 resultaram em aplicação de penali-

dades. Os dados evidenciam que a fiscalização no Regional do Ceará prima pela orientação e prevenção visando atingir os objetivos de minimizar a desobediência à legislação e ética profissional, porém sem se eximir de cumprir seu papel e aplicar as devidas sanções para proteger a sociedade e o bom profissional.

Novas parcerias e convênios foram firmados neste exercício visando assegurar o reconhecimento do Conselho como entidade participe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil. Entre as entidades parceiras, destacamos: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Serviço Social da Indústria (SESI/DR-CE), Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-AR/CE), Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), dentre outras.

Continuamos a evoluir em nossas práticas de governança, sendo aprovada em 10 de Dezembro de 2018 em sessão Plenária a Política de Governança do CRCCE, através da Resolução CRC n.º 702/2018, tendo como princípios: transparência, probidade, equidade, sustentabilidade, accountability, ética e eficiência. Essa política é de fundamental importância, pois, busca direcionar e monitorar as estratégias, políticas e planos institucionais, estabelecer metas e indicadores bem como monitorar o desempenho e os resultados alcançados no cumprimento da estratégia e dos objetivos.

É interessante mencionar que a pesquisa de satisfação, que visa avaliar o grau de contentamento dos funcionários, e dos profissionais da Contabilidade com o desempenho do CRCCE, obteve os seguintes resultados, considerando

a meta de 70%: em relação aos funcionários 75,37%; aos profissionais 69,18%. Face a essas pesquisas, a gestão do CRCCE analisa os pontos críticos de forma a mapear oportunidades de melhoria.

Traçando as perspectivas e desafios para 2019, além de trabalhar em prol de cada objetivo a ser alcançado, queremos reafirmar o nosso compromisso com a defesa das prerrogativas da nossa profissão, trabalhando para a criação de novas oportunidades para os profissionais da Contabilidade. Sem dúvidas, nossa profissão seguirá firme e forte na era da inteligência artificial, prestando sempre um melhor serviço aos usuários e contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Por fim, é importante destacar que o objetivo do Relatório Integrado de 2018 é compartilhar

com a sociedade e, especialmente com a classe contábil, o desenvolvimento de nossas ações visando prestar contas das ações realizadas e dar transparência a nossa gestão. Nas próximas páginas, apresentaremos, com mais detalhes, os resultados obtidos no exercício.

Boa leitura!

Contador Robinson Passos de Castro e Silva
Presidente do CRCCE

Quem somos

O Conselho Regional de Contabilidade do Ceará foi fundado em 27 de maio de 1946 e instalado em 07 de junho de 1947. Desde então, o CRCCE é a entidade que congrega a classe contábil cearense, formada por cerca de 13.392 profissionais, entre Contadores e Técnicos em Contabilidade.

A representação dos contabilistas é feita através do Plenário do CRCCE que é composto de 36 Conselheiros, sendo 18 Conselheiros efetivos e em igual número de suplentes.

A Classe Contábil Cearense

2.076 Organizações Contábeis

4.346 Técnicos em Contabilidade

9.046 Contadores

Números do CRCCE

36 Conselheiros efetivos e suplentes

31 Delegacias

37 Funcionários

5 Fiscais



Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

CRCCE

O Conselho Regional de Contabilidade do Ceará foi fundado em 27 de maio de 1946 e instalado em 07 de junho de 1947. Desde então, o CRCCE é a entidade que congrega a classe contábil cearense, formada por cerca de 13.392 profissionais, entre Contadores e Técnicos em Contabilidade.

O CRCCE, vem reforçando institucionalmente suas atribuições de registrar os profissionais e fiscalizar o seu trabalho, visando garantir à sociedade o exercício de um trabalho consistente, eficaz e transparente, que auxilie o mercado e traga benefícios ao bom funcionamento da contabilidade no país.

Com a edição da Lei nº 12.249, houve a reforma do Decreto-Lei nº 9.295, de 27/05/1946, onde se ampliou as competências do Sistema CFC/CRCs, agregando-se a edição de normas profissionais e princípios técnicos de contabilidade, a regulação da educação profissional continuada e a instituição do exame de suficiência.

Missão

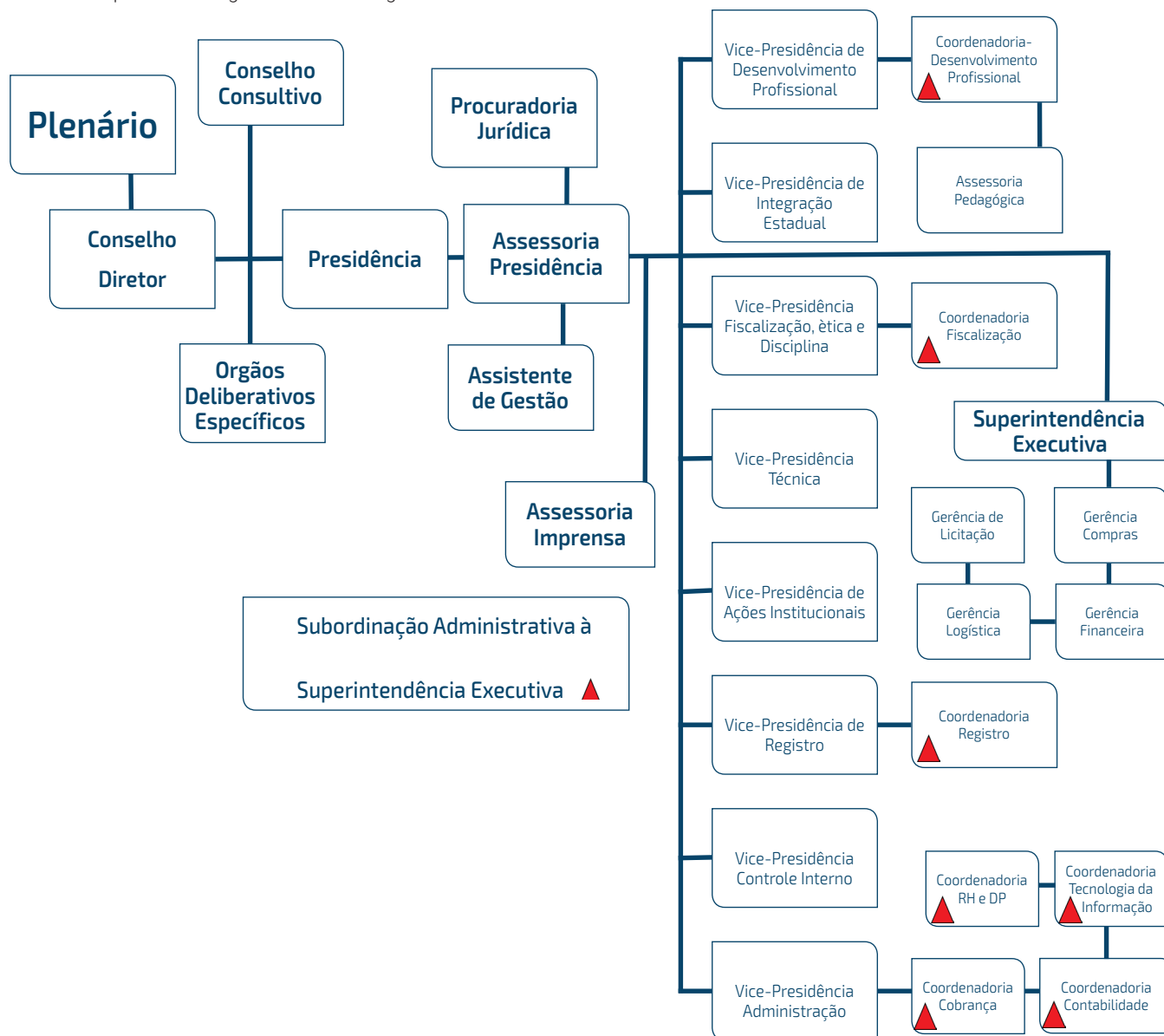
Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público

Organograma

O CRCCE apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Ambiente externo

Considerando o cenário nacional, difícil mencionar o nome de algum órgão, instituição ou empreendimento que não tenha sentido, de alguma maneira, os reflexos de uma das maiores crises econômicas da história do Brasil. Nesse período conturbado, iniciado em meados de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou mais de 3% por dois anos consecutivos, 2015 e 2016, e só começou a apresentar sinais de recuperação em 2017, quando cresceu 1%. Essa recuperação parece caminhar a passos lentos, já que a expectativa de crescimento para 2018 é de cerca de 1,3%.

Esse contexto recessivo, em que o desemprego chegou a mais de 12% e o pessimismo se instalou, trouxe ao CRCCE uma redução de mais de 1% no número de registros profissionais, considerando o acumulado dos anos de 2017 e 2018. Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória crescente nesse período, passando de uma média de 27,31% em 2015 para 41,39% em 2018.

Está em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC 36), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5367) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 367) que, em síntese, buscam definir qual o regime de trabalho que deverá ser aplicado aos funcionários de Conselhos de Fiscalização Profissional – Celetista ou Estatutário. A matéria está pautada para apreciação no STF em junho de 2019 e vem sendo definida como uma ameaça, tendo em vista que sua decisão poderá acarretar enormes reflexos de ordem econômica e consequências estruturais gravíssimas para os Conselhos Profissionais, especialmente, no que se refere ao regime de

aposentadoria dos funcionários.

No cenário internacional, é impossível não se deparar com os rápidos avanços tecnológicos que vêm ocorrendo a cada dia. É um caminho sem volta e os impactos dessas transformações se disseminam de várias formas. Nos últimos anos, a mídia vem trazendo uma visão negativa e ameaçadora dos impactos da tecnologia sobre a profissão contábil. As estratégias e novos paradigmas da revolução contábil foram trabalhados em diversas ações ao longo de 2018 no CRCCE, como no evento UP ONE. A iniciativa, promovida pelo CRCCE, reuniu cerca de 300 profissionais em busca de debater Gestão, Tecnologia e Experiência, com apresentação de cases de sucesso. Participaram do evento profissionais renomados no mercado, com larga experiência, como diretor de operações da PWR Gestão, Miguel Dyna, o Head da Academia de Negócios da Omie, Gilberto Cunha, o empresário contábil Rui Cadete, a fundadora da startup de tecnologia para empreendedores NUCONT, Fernanda Rocha, dentre outros. Organizado pela Comissão Técnica de Estudos sobre Novos Modelos de Gestão das Empresas Contábeis (GEC), o UP ONE foi o marco inicial para a construção do Master Plan Contábil, cujo objetivo é elaborar o planejamento estratégico para a classe contábil envolvendo entidades de classe e segmentos profissionais.

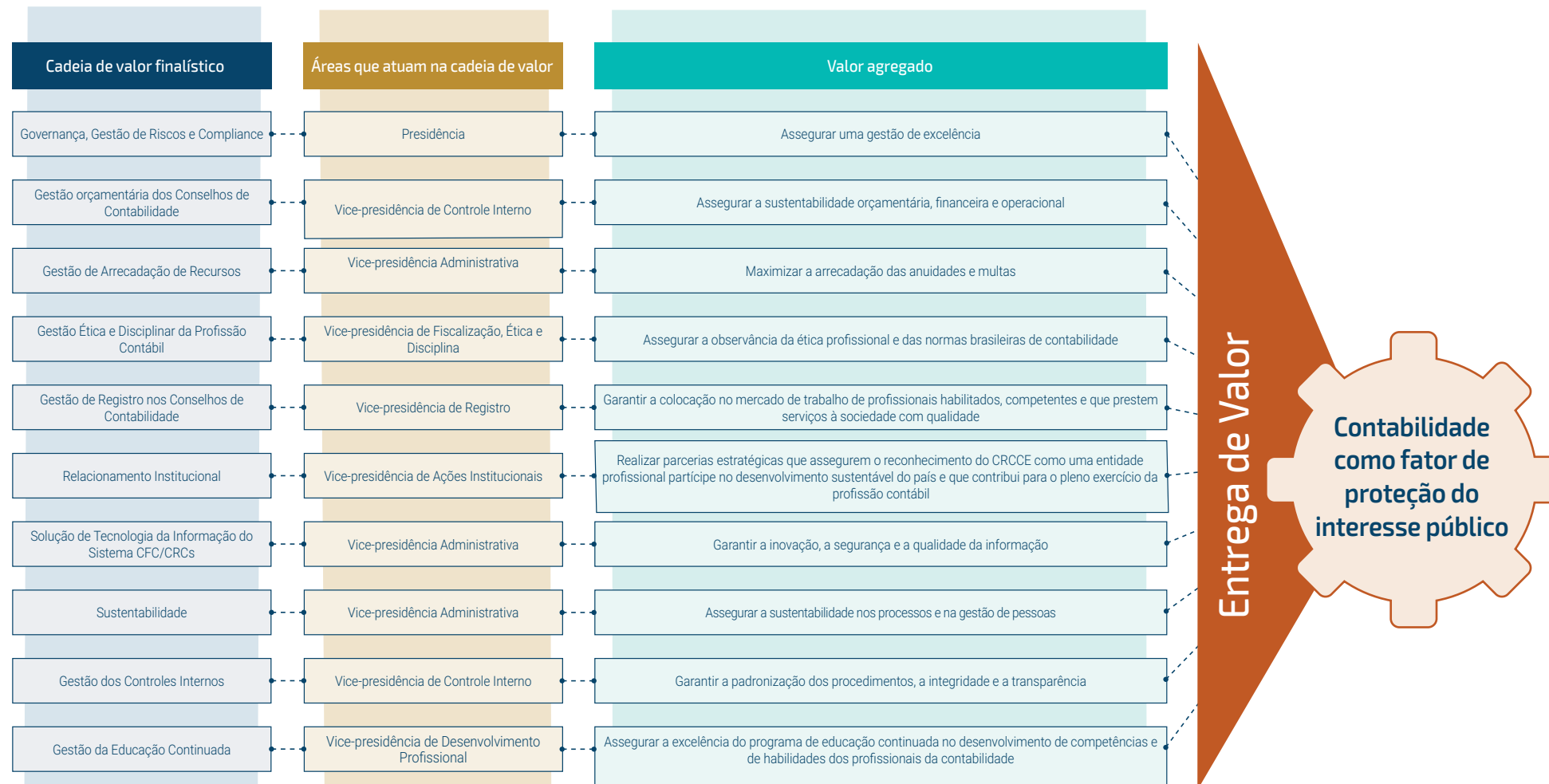
Ademais, se analisarmos o papel do profissional da contabilidade hoje, percebemos que ele se desprende muito do nível operacional e se aproximou de um perfil mais estratégico, sendo peça fundamental na gestão de qualquer empreendimento. O diferencial está em ressaltar esse novo papel de gestor, as habilidades, a capacidade analítica, características essas

que são, certamente, insubstituíveis.

Ainda no cenário internacional, vale mencionar que, além da própria sociedade estar mais exigente quanto à padrões de excelência, os preceitos mundiais estão cada vez mais voltados para valores como ética e integridade, trazendo transformações relevantes para o cenário contábil brasileiro. Assim, o profissional da contabilidade deve renovar seu comprometimento com a verdade e a justiça social a cada dia, tendo em vista que sua responsabilidade é, acima de tudo e sempre, para com a sociedade, usuária das informações produzidas.

Cadeia de valor

Nossa cadeia de valor está estruturada nos três pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCCE registrar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais.





Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico

É uma poderosa ferramenta para a construção e a consolidação da imagem da instituição, compreendendo desde a avaliação do que está sendo proposto, passando pelo diagnóstico do posicionamento da entidade até a definição das estratégias que combinem com diferentes meios de comunicação interna e externa.

Em 2018, o CFC redefiniu a Identidade Organizacional do Sistema CFC/CRCs, composta pela Missão, Visão e Valores; bem como reavaliou e atualizou os Objetivos Estratégicos que guiarão o Sistema nos próximos dez anos (2018/2027). O foco do trabalho se deu na transparência das informações contábeis, na ética, no combate à corrupção e nas parcerias institucionais que reafirmam a importância da Contabilidade para o crescimento e desenvolvimento social do País.

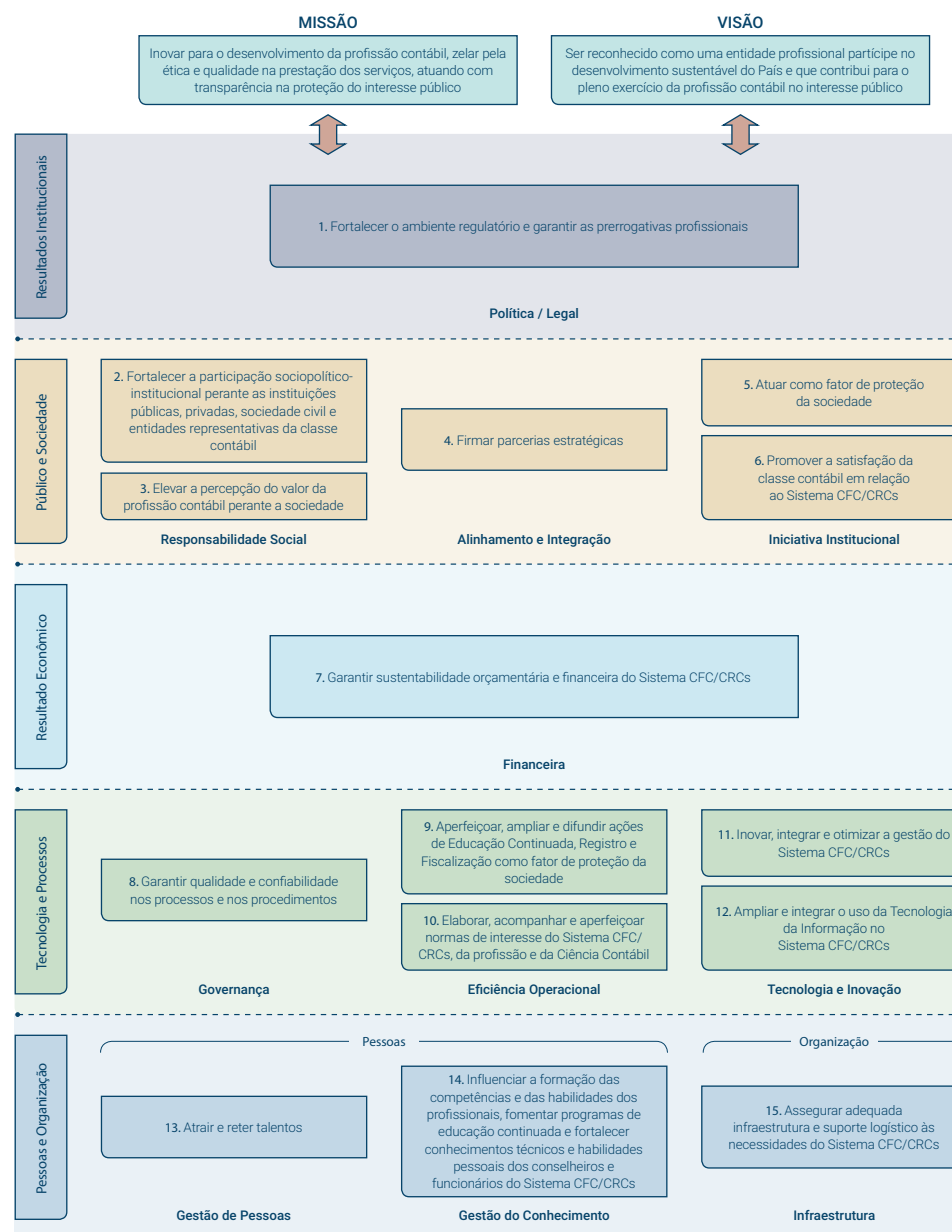
A nova **Missão** é inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação de serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

No que diz respeito à **Visão**, o Sistema CFC/CRCs quer ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Os **Valores**, por sua vez, têm as seguintes premissas: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

O mapa estratégico, construído em 2018, tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do Sistema CFC/CRCs e relaciona as 15 metas definidas como objetivos estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em 5 perspectivas estratégicas: Resultados Institucionais; Público e Sociedade; Resultados Econômicos; Tecnologia e Processos e Pessoas e Organização.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Projeto - Cobrança adm e judicial

Investimento
R\$ 144.478,55

07

Projeto - Pessoal, encargos e benefícios

Investimento
R\$ 3.391.517,51

13

Projeto - Serviços administrativos

Investimento
R\$ 751.274,06

15

Projeto - Comunicação e telecomunicação

Investimento
R\$ 103.369,02

15

Projeto - Aquisição, construção, instalação e reforma da sede e subsede

Investimento
R\$ 662.476,97

15

Projeto - Contribuição regimental

Investimento
R\$ 1.171.633,74

07

Projeto - Empréstimos e encargos junto ao CFC

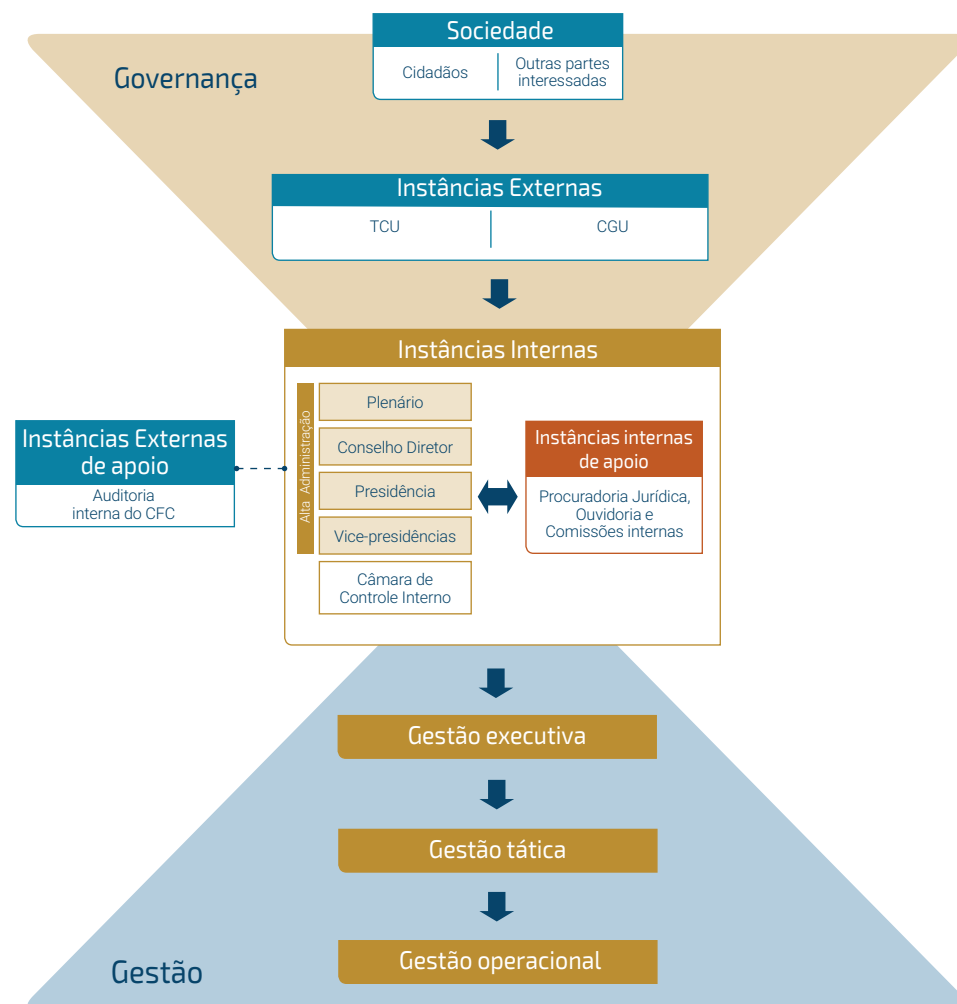
Investimento
R\$ 193.695,53

15

Estrutura de Governança

A Política de Governança no âmbito do CRCCE foi instituída pela Resolução CRCCE n.º 702, aprovada em 10 de dezembro de 2018.

No CRCCE, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Organização do CRCCE

Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara Técnica
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência Administrativa
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência Técnica
- Vice-Presidência de Registro
- Vice-Presidência de Integração estadual
- Vice-Presidência de Ações Institucionais

Composição do Conselho Diretor

Contador ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA

Presidente

Contadora FRANCISCA AUGUSTA BARBOSA
Vice-Presidente de Política Institucional

Contador FRANCISCO FLÁVIO CARDOSO GUSMÃO
Vice-Presidente de Registro

Contador OTACÍLIO VALENTIM ANDRADE
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador MARCOS AURÉLIO TAVARES
Vice-Presidente de Controle Interno

Contador FELLIPE MATOS GUERRA
Vice-Presidente Técnica

Contador ADALBERTO FERREIRA DE SOUSA
Vice-Presidente Administrativo

Contador EDUARDO ARAÚJO DE AZEVEDO
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

TEC.CONTABILIDADE JOSÉ AVELAR GOMES
Vice-Presidente de Integração Estadual

Auditoria Interna do CFC

A auditoria de gestão e auditoria interna são realizadas pelo CFC, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.370/2013, art. 6º, § 4º, inciso I e II, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. A auditoria dá ênfase ao aspecto legal dos atos praticados, visando avaliar, de forma amostral, a gestão do Conselho Regional de Contabilidade, pelos processos e resultados gerenciais apresentados, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com determinado critério técnico, operacional ou normativo. A Auditoria tem como objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, bem como as informações contábeis, financeiras e operacionais da entidade. São analisados documentos que servem de respaldo para a emissão de relatórios, visando à primazia da eficiência, eficácia e economicidade da gestão, avaliando se os recursos financeiros foram empregados de forma a atender o objetivo fim da entidade.

Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos



Compete ao CRCCE proceder à abertura de processo de sindicância e inquérito administrativo para apurar penalidade a ser aplicada a dirigentes, funcionários e colaboradores que pratiquem ações em descumprimento de norma legal ou regimental.

Legislação Aplicada:

- **Resolução CFC n.º 1.370/2011** - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 19-A §2º e §5º;
- **Resolução CFC n.º 1.523/2017** - Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

No ano de 2018 não tivemos ocorrência de processos administrativos disciplinares cometidos por colaboradores..

Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CRCCE para receber sugestões, elogios, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados pelo Regional. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCCE.

Os usuários do serviço são os profissionais da contabilidade, organizações contábeis, estudantes de Ciências Contábeis e sociedade em geral.



11 dias
Prazo médio
para resposta

21
Manifestações
em 2018

100%
Respostas dentro
do prazo



Denúncia: **14%**

Reclamação: **72%**

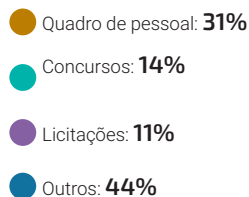
Sugestão: **14%**

Portal da Transparência e e-SIC

Em uma cultura de transparência e em cumprimento à legislação, CRCCE mantém disponível o “Portal da Transparência e Acesso à Informação” e o “Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão”.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência é um canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo CRCCE para a classe contábil e a sociedade brasileira.



Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCCE para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso a Informação, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

02 Pedidos

0 Recursos

Carta de Serviços ao Usuário

No ano de 2018, começamos a desenvolver a Carta de Serviços ao Usuário do CRCCE que tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo Conselho, as formas de acesso a essas atividades e, também, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público do CRC. Com efeito, estamos finalizando o trabalho que deverá ser aprovado em Plenário do Órgão em 2019.

O documento passará por atualizações periódicas, conforme a necessidade verificada no monitoramento das atividades e na avaliação do cidadão e da sociedade em relação aos serviços.

Pesquisas de satisfação

As pesquisas serão abordadas no Capítulo IV – Resultados da Gestão.



Acessibilidade aos Serviços e Instalações

O CRCCE tem como objetivo assegurar condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, conforme a legislação vigente, e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na entidade.

Para cumprir seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, o CRCCE adota as seguintes ações:

- Elevador com a inserção de equipamentos e acessórios que obedecem às normas de acessibilidade, visando atender aos usuários com deficiência visual.
- Banheiros adaptados.
- Rampa de acesso.
- Vaga no estacionamento.
- Portal da Transparência com serviço de solução de software especializado, objetivando acessibilidade em ambiente WEB, atendendo aos surdos, deficientes auditivos, visuais parciais, pessoas com Síndrome de Down, idosos, iletrados, disléxicos e outras pessoas com necessidades especiais.





Gestão de Riscos e Controles Internos

A análise de risco institucional principalmente quanto à suficiência dos controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações produzidas, priorizando a economicidade e a eficiência de suas operações frente aos objetivos estratégicos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano, de fato, temos mecanismos de controles com o uso dos seguintes sistemas: gestão por indicadores, plano de trabalho, almoxarifado, patrimônio.

Com efeito, nos processos licitatórios e aquisições de serviços ou produtos nomeamos fiscais dos contratos, para melhor acompanhamento e gestão dos gastos.

Quanto a arrecadação, ou seja, a receita, a fim de evitar a prescrição é utilizado um programa ostensivo de Cobrança, com adoção de providências que vai desde as vias administrativas às judiciais de cobrança. O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, regulamentou, através da Resolução CFC 1368/11, a concessão de parcelamentos e descontos a fim de viabilizar a arrecadação. Bem como são observadas a Lei 6.830/80 que trata do Executivo Fiscal e a Lei 12.767/12 que dispõe sobre Protesto de CDA.

O CRCCE trabalha no sentido de identificar riscos que comprometam a continuidade e o cumprimento da missão institucional. Partindo do princípio que a gestão de risco é fundamental na administração pública, por oportunizar o estudo e a busca de melhores práticas corporativas, podemos dizer que também a área de pessoal gradativamente está inserindo ações de gestão de riscos por meio de políticas internas, principalmente com capacitações.

As ações trabalhistas contra a entidade são patrocinadas por escritório de advocacia externo, contratado via licitação (pregão), estando previstas em contrato as obrigações inerentes a empresa contratada, sendo o acordo gerido pelo CRCCE, que fiscaliza a atuação, acompanhamento e defesa promovidas.

A Procuradoria Jurídica do CRCCE realiza a gestão e o controle de todas as demandas judiciais, inclusive as trabalhistas (Gestão de Contrato em consequência de licitação). As ações ordinárias, execuções fiscais e demais procedimentos judiciais são acompanhados integralmente pelo Departamento, sob a diligência de duas advogadas pertencentes ao quadro de empregados efetivos do Órgão, além do apoio administrativo lotado especificamente na PROJUR.

No final do ano de 2018, começamos a minutar as resoluções de política e gestão de riscos, com a finalidade principal de alinhar a gestão dos riscos ao planejamento organizacional e estratégico do regional. De fato, estas resoluções que deverão ser aprovadas em 2019 contribuirão para a execução de projetos e processos do Regional e assim, fomentando a governança institucional.

Com efeito, dentre outros benefícios que desejamos alcançar com os riscos mensurados através do plano será: o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos traçados, o aprimoramento do processo de identificação de oportunidades e ameaças, o fornecimento de uma base sólida e segura para a tomada de decisão e planejamento, o aprimoramento da eficácia na alocação e do uso de recursos, a melhoria da eficiência operacional e a redução das perdas e custos, a melhoria da conformidade com os requisitos legais e normativos, o aprimoramento do controle e da governança corporativa.





Resultados da Gestão

Resultados da Gestão

O CRCCE adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

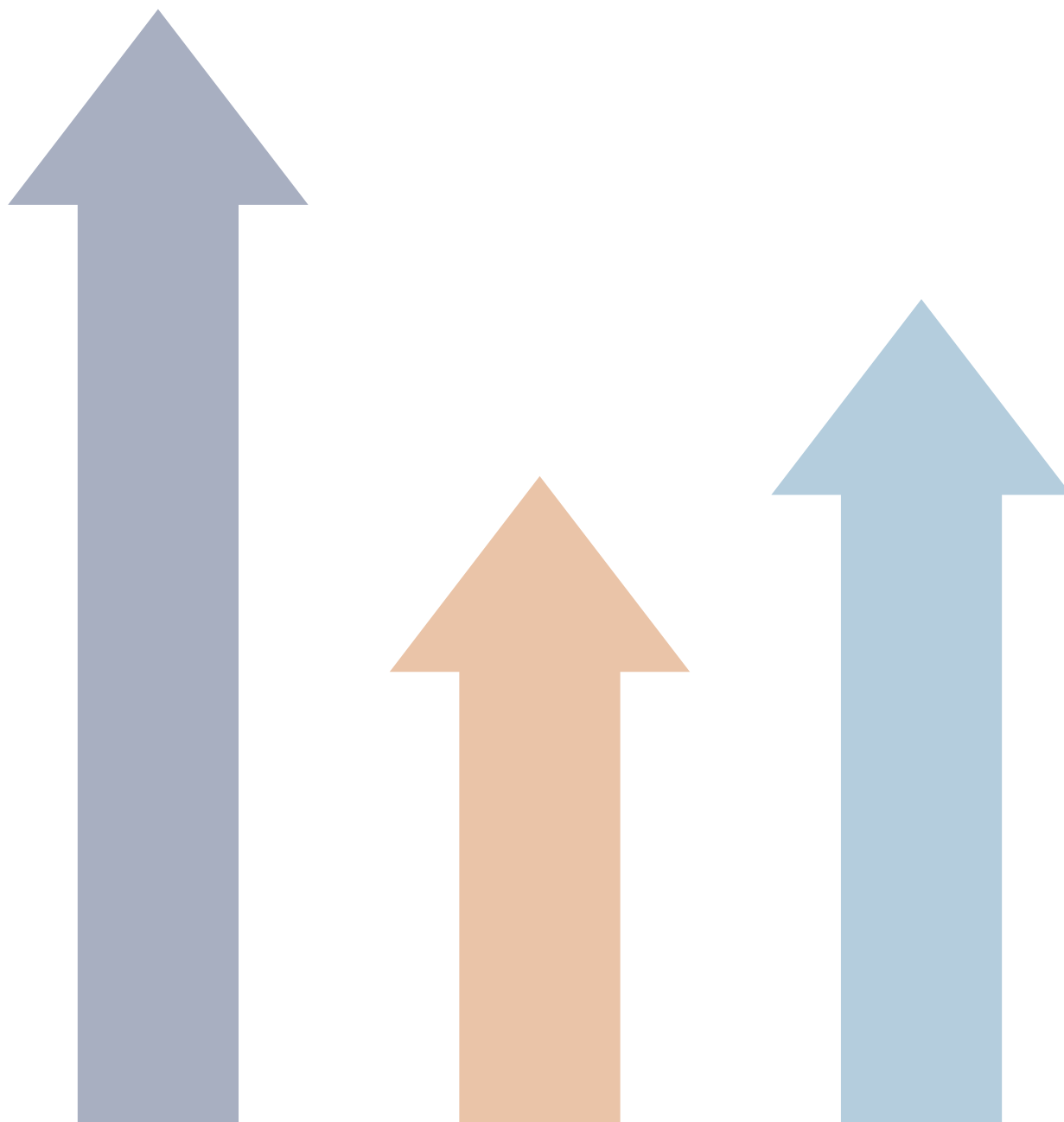
O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Isso possibilita a possível correção de rumos, a análise das causas e dos motivos para proposição de novas ações.

O outro instrumento empregado é o Sistema de Gestão por Indicadores, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Estes são os parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual. Os indicadores são uma relação matemática que mede, numericamente, os atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar essa medida com metas numéricas preestabelecidas.

O CRCCE tem seu orçamento e plano de trabalho alinhados aos Objetivos Estratégicos, de forma a garantir os recursos e as informações necessárias para a consecução desses objetivos.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCCE vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

A seguir, para cada objetivo estratégico, é apresentada uma análise sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT, investimento total, prioridades estabelecidas e desafios e riscos.



Objetivo estratégico 2

Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento Institucional



12.338,26
Investimento total

Indicadores

Relacionamento sociopolítico-institucional (medido pelo número de visitas do presidente, de vice-presidentes e de conselheiros à parlamentares, à ministros e à Presidência da República e destes à sede do CFC/CRCs ou à outras dependências estabelecidas)

Objetivo: Avaliar o número de visitas dos representantes do Conselho às autoridades públicas e destas à sede do CRCCE ou à outras dependências estabelecidas.

Meta → **50**

Resultado → **66**



O indicador "Relacionamento Socio-Politico-Institucional" teve sua meta alcançada satisfatoriamente. Tivemos como ação para o alcance de tal meta um diálogo nas mais diversas esferas públicas em que atua. Nesta perspectiva, tivemos a presença efetiva de representantes de entes públicos e privados nos atos realizados pelo Conselho.

* Objetivo estratégico 01 exclusivo do CFC

Participação institucional (convite) em eventos de outras entidades

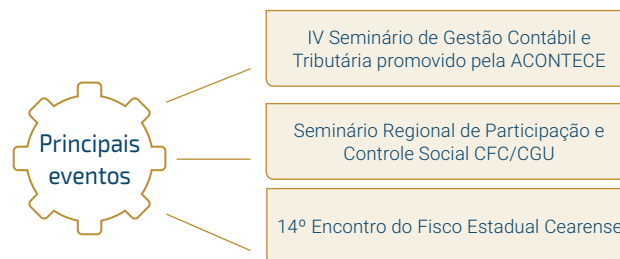
Objetivo: Avaliar a participação dos CRCCE em eventos de outras entidades.

Meta → **50**

Resultado → **68**



As novas diretrizes de representação político-institucional intensificou a participação do CRCCE em eventos e reuniões de interesse da classe contábil brasileira. Entre os eventos representados pela classe contábil, destacam-se:



Posicionamento público do CFC/CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade

Objetivo: Avaliar o número de destaques dados a posicionamentos públicos referentes ao CRCCE na mídia.

Meta → **40**

Resultado → **94**



O indicador "Posicionamento do CFC/CRCs sobre Temas Relevantes de Interesse da Classe Contábil e da Sociedade"

teve sua meta alcançada satisfatoriamente. Tivemos como ação para o alcance de tal meta um trabalho ostensivo da assessoria de imprensa, ampliando assim, a quantidade e a qualidade da utilização de mídias em favor do CRCCE.

Objetivo estratégico 3

Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, gestão de riscos e compliance



45.554,20
Investimento total

* O CRCCE não vincula nenhum dos indicadores criados a esse objetivo.

Objetivo estratégico 4

Firmar parcerias estratégicas

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento Institucional



0,00
Investimento total

Indicador

Percentual de parcerias e patrocínios firmados

Objetivo: Avaliar a variação % de parcerias firmadas durante o ano entre o CRCCE e outras entidades/organizações.



Em 2018, foram firmadas 25 parcerias com diversas entidades. Esse resultado demonstra o trabalho efetivo do CRCCE em ampliar suas ações de articulação com parceiros estratégicos visando aumentar a sua capacidade de atuação e promover a valorização da profissão e dos profissionais da contabilidade, contribuindo para desenvolvimento socioeconômico do País.

Principais projetos e ações

Relacionamento Institucional – Parcerias Estratégicas

Objetivo: Firmar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos.

As principais parcerias firmadas em 2018 foram:

1. Fundação da Criança e da Família Cidadã-FUNCI: Parceria para troca de experiências e informações técnicas, assim como para a realização de eventos, em temas de interesse comum.

2. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR/CE: Parceria para troca de experiências e informações técnicas, assim como para a realização de eventos, em temas de interesse comum.

3. Fundação Brasileira de Contabilidade-FBC: Cooperação mútua, para promoção, fomento e divulgação de ações das partes.

4. Junta Comercial do Ceará-JUCEC: Fiscalização da regularidade da atuação do profissional da contabilidade nos atos submetidos a registro na JUCEC.

5. Banco do Nordeste do Brasil S/A: Estabelece programa de cooperação técnica, visando oferecer produtos de crédito às sociedades empresárias registradas no CRCCE

Prioridades estabelecidas

- Promover e aprimorar as atribuições institucionais, por meio de ações integradas, de apoio mútuo e intercâmbio de informações e experiências.

Desafios e riscos futuros

- Manter e/ou desenvolver novas ações em conjunto com as entidades parceiras no próximo ano, de modo a maximizar os objetivos propostos por cada termo e propiciar o engajamento, participação e desenvolvimento da profissão contábil.
- Buscar celebrar, no mínimo, 10 novas parcerias para 2019.

Objetivo estratégico 5

Atuar como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

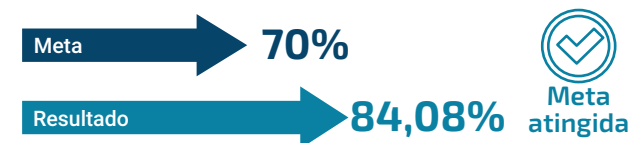
- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão dos Controles Internos



Indicadores:

Ética na profissão.

Objetivo: avaliar o % de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação ao número de processos julgados no exercício corrente.



Das ocorrências realizadas pela Fiscalização do CRCCE, resultaram em 333 processos julgados pela Câmara de Fiscalização Ética e Disciplina. Do total, 280 profissionais foram penalizados e 53 foram arquivados por entenderem que a finalidade foi atingida. Tais dados demonstram que 84,08% dos processos julgados culminaram em penalidades que vai de encontro ao compromisso legal de atuar como fator de proteção da sociedade.



84,08 % dos processos julgados implicaram a imposição de penalidade.

Índice de controle social.

Objetivo: Avaliar o % de profissionais registrados participando em programas de voluntariado.



144

Profissionais da contabilidade cadastrados como voluntários no PVCC

Objetivo estratégico 6:

Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão da Educação Continuada



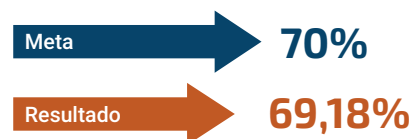
0,00

Investimento total

Indicadores

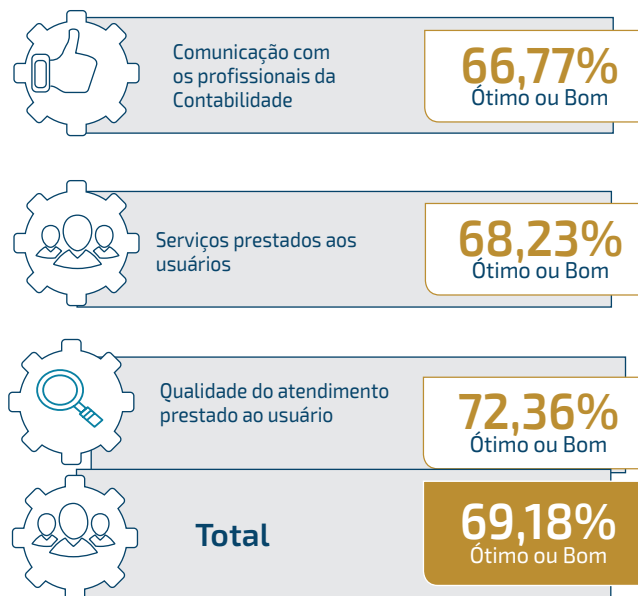
Grau de satisfação dos profissionais da contabilidade

Objetivo: Avaliar o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo CRCCE.



Em 2018, 635 profissionais da contabilidade responderam à pesquisa que foi enviada aos mais de 13 mil profissionais registrados, disponibilizada, no boletim eletrônico e nas redes sociais do CRCCE. Por meio dos resultados, o CRCCE pretende programar ações para

contribuir com a melhoria dos serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade. Vale ressaltar que, ao longo do exercício, o CRCCE veio intensificando a divulgação dos programas, projetos e ações desenvolvidos por meio de seus canais de comunicação. Além disso, foram capacitados 5.398 profissionais no programa de educação continuada, demonstrando a preocupação do Regional com o aperfeiçoamento profissional.



Objetivo estratégico 7:

Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Gestão de arrecadação de recursos



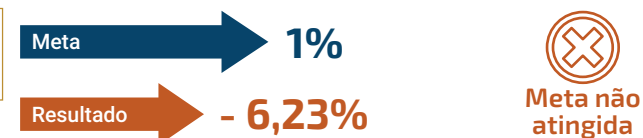
1.410.788.25

Investimento total

Indicadores

Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis)

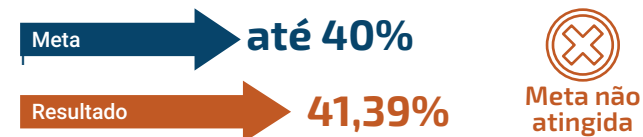
Objetivo: Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.



A receita proveniente das anuidades referentes ao exercício de 2018 foi negativa em 6,23%. Dentre os fatores determinantes para esse cenário, destacam-se o não reajuste do valor da anuidade; o alto índice de inadimplência provocado pela crise econômica vivenciada pelo País; e a redução de profissionais registrados.

Índice de inadimplência profissional - Geral

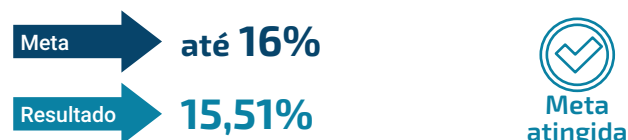
Objetivo: Avaliar o percentual geral de inadimplência de anuidades, multas de infração e multa de eleição dos profissionais, acumulada até o exercício atual.



Mesmo com a implantação de estratégias de cobrança como: call center, notificações extrajudiciais, protestos em cartórios competentes e execução de novas CDAs com o processo executivo fiscal ainda não foi possível reverter nosso quadro de inadimplência.

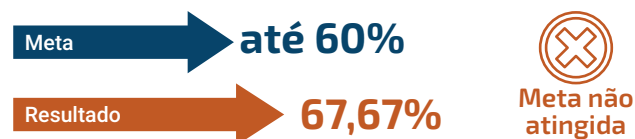
Índice de inadimplência de organizações contábeis - Geral

Objetivo: Avaliar o percentual da inadimplência de anuidades e de multas de infração geral de organizações contábeis.



Índice de despesas com pessoal

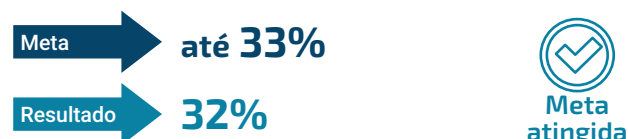
Objetivo: Avaliar o percentual da despesa de pessoal e encargos em relação ao total da Receita Líquida.



Após análise das possibilidades, será feito um plano em prol da fomentação da arrecadação, ou seja, majoração da receita com ações de cobrança incitando o contabilista à sua regularização. De fato, com o aumento da arrecadação o índice de despesas com pessoal será reduzido.

Índice dos custos com a estrutura

Objetivo: Avaliar o percentual de custos gerais sobre a estrutura.



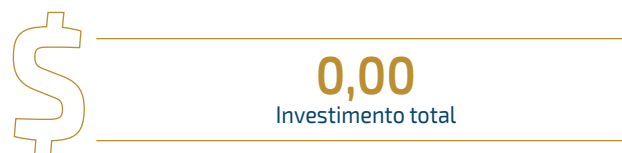
O índice permite avaliar a relação entre os custos totais da estrutura com a Receita Corrente Realizada Líquida. Os custos gerais é composto pelo uso de bens e serviços tomados e/ou adquiridos. As receitas correntes deduzidas as subvenções e a cota parte corresponde a receita corrente líquida. No ano de 2018 a meta foi atingida em razão do contingenciamento dos custos gerais com a estrutura totalizando R\$ 1.539.125,25.

Objetivo estratégico 8:

Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos

Vínculo com a cadeia de valor

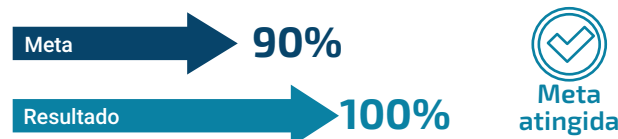
- Governança, Gestão de Riscos e Compliance
- Gestão dos Controles Internos



Indicadores

Tempo médio de julgamento de processos de registro

Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



Foram direcionados à Câmara de Registro do CRCCE 1.491 processos para análise, sendo que todos foram julgados dentro do prazo. Esse resultado foi possível em razão da utilização do SPER, ferramenta web que possibilita o acompanhamento

e julgamento dos processos de registro profissional e de organizações contábeis, e que contribui de forma significativa na celeridade dos julgamentos dos processos distribuídos aos Conselheiros da Câmara.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização

Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



Quanto ao indicador "Tempo Médio de Julgamento de Processos de Fiscalização" teve sua meta alcançada em virtude da Câmara de Fiscalização ter implantado como ação um acompanhamento mais eficaz em relação aos prazos de cada fase do processo, fazendo a devida distribuição dos processos aos participantes da câmara para a maior celeridade do julgamento pelos Conselheiros.

Objetivo estratégico 9:

Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão da Educação Continuada



Indicadores

Índice de realização de diligências geral

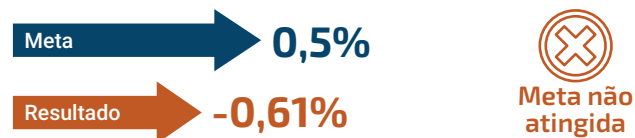
Objetivo: Avaliar a variação percentual do total de diligências realizadas em relação à quantidade total de diligências previstas para o exercício.



A utilização do Sistema de Fiscalização Eletrônica e a celebração de convênios como forma de fiscalização indireta, foram ferramentas importantes que auxiliaram no desenvolvimento de ações mais efetivas da fiscalização e propiciaram o crescimento significativo das ações em combate às irregularidades.

Índice de evolução de registros profissionais ativos

Objetivo: Avaliar o percentual de crescimento dos registros profissionais ativos.



A redução no número de registros profissionais no CRCCE se deu, principalmente, devido ao período de crise econômica vivenciado pelo País. Em consequência disso, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho os profissionais aprovados nas edições do Exame de Suficiência não solicitaram registros no Regional.

* Não foram desenvolvidas atividades referentes ao objetivo estratégico 10

Investimentos em Desenvolvimento Profissional – Per Capita

Objetivo: Avaliar o valor investido no Programa de Educação Continuada por profissional da contabilidade.

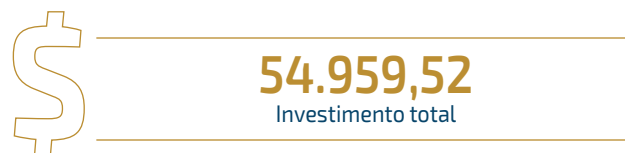


Objetivo estratégico 11:

Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

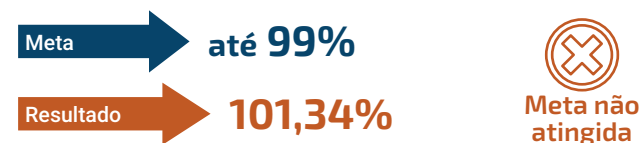
- Governança, Gestão de Riscos e Compliance
- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Sustentabilidade



Indicadores

Grau de eficiência orçamentária

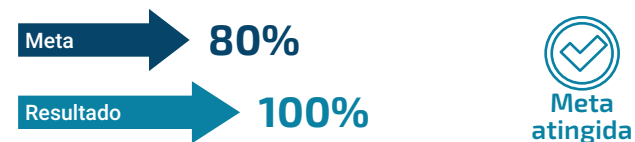
Objetivo: Avaliar o percentual da execução da despesa em relação à realização da receita.



O indicador "Grau de Eficiência Orçamentária" não foi cumprido a meta estabelecida, pois atingiu um patamar de 101,34%. Com efeito, a gestão do CRCCE terá como plano de ação tomar medidas eficazes e urgentes em prol do equilíbrio orçamentário, ou seja, fazer monitoramento da arrecadação em virtude do planejamento de execução das despesas fixadas no exercício, evitando assim, déficit orçamentário.

Grau de implementação da inovação

Objetivo: Avaliar o percentual de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas.



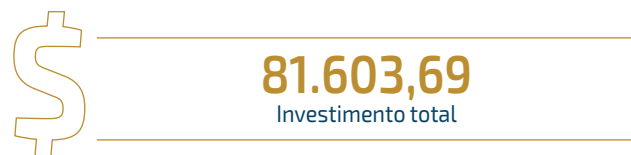
A inovação realizada no pelo CRCCE foi a inserção do Aplicativo Comunicação Pública, através do qual os profissionais da Contabilidade, assim como a sociedade podem consultar processos, tirar dúvidas, inserir manifestações de ouvidoria e outras utilidades.

Objetivo estratégico 12

Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Solução de Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs.



Indicadores

Índice de capacitação de usuários em tecnologia

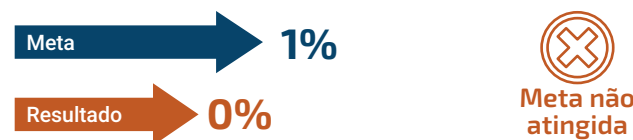
Objetivo: Avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaborador nos sistemas informatizados utilizados pelo CRCCE.



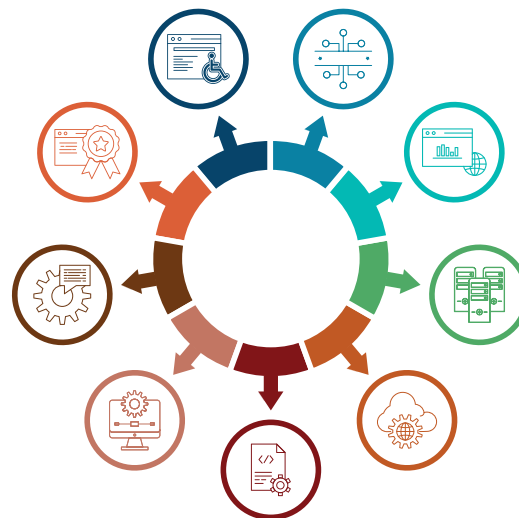
Tendo em vista a nomeação de novos gestores e a necessidade de reciclar todos os usuários responsáveis pelas informações prestadas, o CRCCE promoveu capacitação sobre o Sistema de Gestão por Indicadores para onze funcionários, totalizando carga horária de 44h. O CRCCE planeja ampliar a oferta de capacitações em tecnologia nos próximos anos dando a oportunidade para seus funcionários terem melhor proveito de todas as possibilidades dos sistemas e também reduzir a possibilidade de erro por falta de treinamento.

Índice de renovação do parque de informática

Objetivo: Avaliar o percentual de equipamentos trocados a cada ano.



Devido a vários fatores como: crise financeira, inadimplência dos profissionais, baixa significativa de registros profissionais não tivemos a arrecadação da receita prevista para o ano de 2018 e que portanto, não foi possível fazer investimentos na área do parque de informática do Regional.

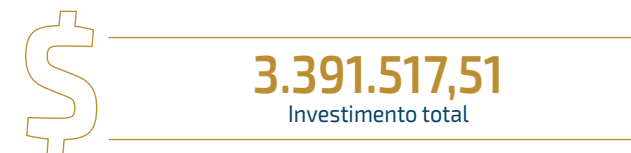


Objetivo estratégico 13

Atrair e reter talentos

Vínculo com a cadeia de valor

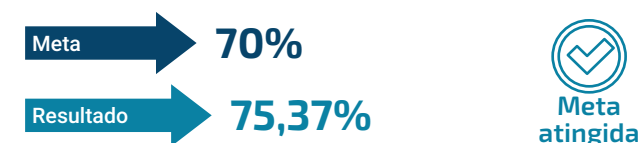
- Governança, Gestão de Riscos e Compliance;
- Sustentabilidade.



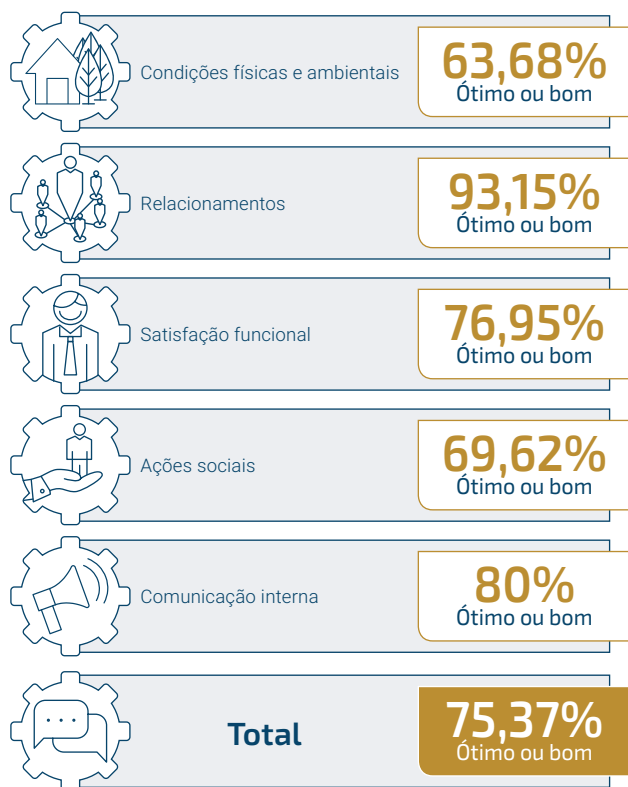
Indicadores

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional.

Objetivo: Medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional.



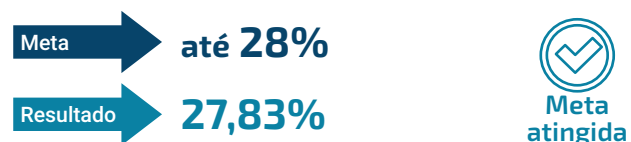
Em 2018, 31 colaboradores responderam à pesquisa que revela a percepção dos funcionários do CRCCE em relação a condições físicas e ambientais, relacionamentos, satisfação funcional, ações sociais e comunicação interna.



Após o resultado da pesquisa de satisfação, fazemos o estudo das possibilidades e viabilidade em prol de melhores condições de trabalho para o colaboradores do CRCCE.

Percentual de benefícios

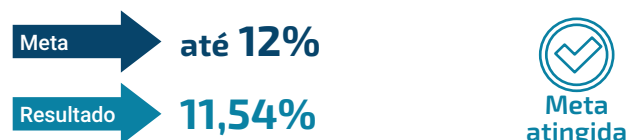
Objetivo: Avaliar o percentual gasto com benefícios (pessoal e assistenciais) em relação à remuneração de pessoal e encargos patronais da folha de pagamento.



O CRCCE oferece benefícios voltados à saúde e ao bem-estar de seus funcionários, tais como: plano de saúde, auxílio alimentação, vale-transporte, aumento salarial por avaliação de desempenho e treinamentos. Dessa forma, o investimento realizado em 2018 perfaz 27,83% do total das despesas despendidas com pessoal, atingindo a meta estabelecida.

Taxa de desligamento

Objetivo: Avaliar o percentual da taxa de desligamento do quadro de funcionários.



O resultado apurado ficou dentro da meta estabelecida para o período. Foram desligados três funcionários em cargos comissionados: assessor pedagógico, assessor de imprensa e assessor da presidência e apenas o primeiro não foi reposto através de nova contratação.

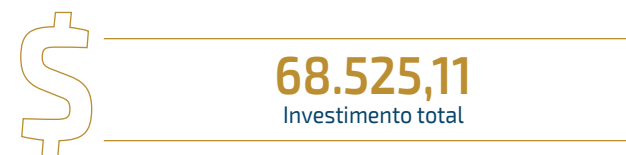


Objetivo estratégico 14:

Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

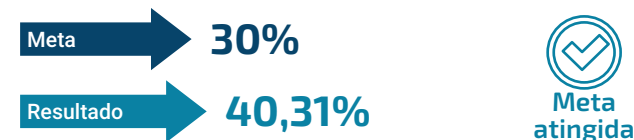
- Gestão da Educação Continuada



Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação - Educação Continuada

Objetivo: Avaliar o percentual de profissionais da contabilidade que participaram do programa de educação continuada.



O CRCCE tem primado, ao longo do tempo, pela política de excelência educacional. Cada vez mais arrojada, essa política busca contribuir para que os profissionais sejam mais capacitados e sintonizados com as mudanças na profissão. No exercício de 2018, o CRCCE realizou



Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.

Objetivo: Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc.) promovidos pelo CRCCE.



O resultado representa o cumprimento por parte da entidade de seu papel institucional de fomentar a educação continuada no Ceará de forma efetiva, garantindo qualidade e excelência.

Hora média de capacitação dos conselheiros

Objetivo: Avaliar o tempo médio de capacitação dos Conselheiros Efetivos.



O indicador teve sua meta alcançada satisfatoriamente

Percentual de treinamentos realizados para funcionários atenderem às competências definidas

Objetivo: Avaliar o percentual de realização do plano anual de treinamento para os funcionários.



Desde a implantação do PCCS em 2011 atribuímos pontos na avaliação profissional para funcionários que tem a iniciativa de buscar a educação profissional independentemente do ônus ao Conselho. Mesmo com a exigência, o CRCCE continuou investindo em capacitações para desenvolvimento de seus funcionários por saber da importância de direcionar o conhecimento adquirido às reais necessidades da organização. As exigências de excelência na qualidade do serviço público demandam constante aprendizagem. Em 2018 ressaltamos ter realizado o treinamento “A Nova IN 5/2017 que revoga e IN 2/2018, Novas Regras para Contratação de Serviços na Administração Pública” e “Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência de Acordo com a Nova IN 5/2017 (MPDG)” in company, visando atender da melhor maneira à legislação

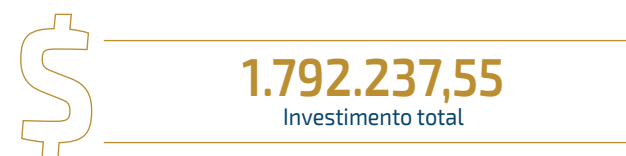


Objetivo estratégico 15:

Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

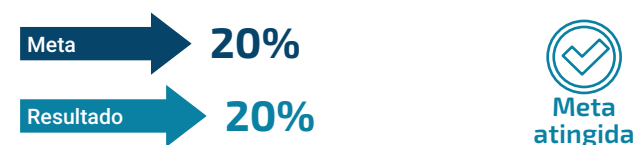
- Sustentabilidade



Indicadores

Índice de adequação da frota de veículos de uso da Fiscalização

Objetivo: Verificar se o CRCCE possui carros para os fiscais



Temos na frota de veículos do CRCCE, 2 carros, sendo 1 de uso exclusivo da Fiscalização. De fato, temos 5 fiscais, portanto, perfazendo um percentual de 20%.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Vice-presidente Administrativo, Adalberto Ferreira

A Vice-presidência Administrativa integra a estrutura dos órgãos executivos, conforme dispõe a Resolução CRCCE n.º 584/2012, e alterações, que aprova o Regimento Interno do CRCCE. As suas atribuições regimentais estão descritas no art.17 e 18 da Resolução citada acima.

As funções desempenhadas pela Vice-presidência se relacionam a organização institucional, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, administração de recursos humanos, licitação e contratos, gestão de pessoas, almoxarifado e patrimônio, serviços gerais, gestão de documentos e de suporte logístico..

Além disso, tem a competência de planejar, coordenar, apoiar e supervisionar as atividades relacionadas às funções citadas acima; exercer papel articulador com as demais Vice-presidências, que compõem os órgãos executivos, no processo de elaboração e acompanhamento da execução das atividades e dos projetos vinculados ao Plano de Trabalho Anual (PTA) e à Proposta Orçamentária do CRCCE.

O acompanhamento da execução dos projetos e atividades é uma etapa essencial para a consecução dos resultados da gestão e contribui para a realização das metas declaradas nos planos, além de auxiliar a tomada de decisão de forma tempestiva, facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre as áreas do Conselho e até mesmo com órgãos externos, identificar necessidades de ajustes e revisões dos planos, melhorando a gestão, e favorecer a prestação de contas.

A restrição orçamentária se constitui em um grande desafio da gestão administrativa do CRCCE, principalmente em razão da crise econômica que o Brasil vem enfrentando e que tem contribuído para o aumento do desemprego. Como consequência desse cenário, temos o aumento no número de pedidos de baixa de registros, aumento do percentual de inadimplência dos profissionais da contabilidade pelo não pagamento das anuidades e redução do número de solicitações de registros profissionais, fatores que interferem diretamente na arrecadação de recursos.

Tal cenário exigiu readequações das programações e enseja constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem comprometer a qualidade da prestação de serviços à classe contábil e a sociedade.

A conformidade e a confiabilidade do conteúdo contido neste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas informatizados do Conselho (contabilidade e orçamento, pagamentos, diárias e passagens, folha de pagamento, plano de trabalho, bens patrimoniais e almoxarifado, etc.) e foram atestadas pelos gestores das áreas responsáveis na elaboração deste Relatório de Gestão 2018.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do CRCCE atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'A' followed by a long horizontal stroke.

Contador Adalberto Ferreira de Sousa

Vice-presidente de Administração do CRCCE

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento para o exercício de 2018 foi estimado em R\$ 8.000.308,00, aprovado por meio da Resolução CRCCE n.º 683/2017, subdividido em Objetivos Estratégicos, Programas, Projetos e Atividades. Entretanto, houve modificações orçamentárias, por anulação ou suplementação de recursos, redimensionando-o para o montante de R\$ 8.023.308,00.

Variação orçamentária do CRCCE:



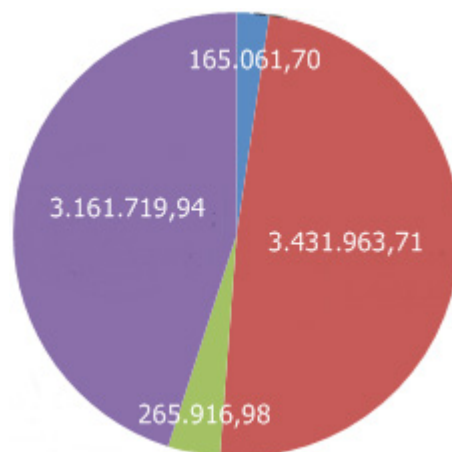
Execução Orçamentária

A receita realizada total do CRCCE em 2018 foi R\$ 6.932.008,13, representando 86,4% da previsão atualizada da receita. As despesas empenhadas e liquidadas totalizaram R\$ 7.024.662,33, equivalente a 87,55% da dotação atualizada da despesa..

Execução Financeira

Em 2018, as despesas executadas pelo CRCCE totalizaram R\$ 7.024.662,33, sendo a maior parte direcionada ao atendimento do programa finalístico Gestão de Fiscalização.

- Gestão de Fiscalização
- Suporte e Apoio a Atividades Fins
- Gestão de Registro Profissional
- Gestão de Educação Continuada



As despesas correntes executadas representam cerca de 87,42% da despesa total executada. A média de gastos mensal correntes é aproximadamente a R\$ 511.000,00, sendo as de maior relevância descritas a seguir:

- * Pessoal e Encargos: 52,63%
- * Benefícios Assistenciais: 0,37%
- * Uso de Bens e Serviços: 25,06%
- * Financeiras: 1,28%
- * Transferências Correntes: 0,07%
- * Tributárias e Contributivas: 19,90%
- * Outras Despesas Correntes: 0,68%

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal	3.254.742	2.435.748	3.254.742	2.435.748	3.168.310	2.373.092
Remuneração de Pessoal	1.959.462	1.471.251	1.950.462	1.471.251	1.950.462	1.471.251
Encargos Patronais	595.778	441.128	595.778	441.128	542.916	402.656
Benefícios a Pessoal	708.503	523.369	708.503	523.369	674.932	499.656
2. Uso de Bens e Serviços	1.539.125	2.031.636	1.539.125	2.031.636	1.458.580	1.915.084
Material de Consumo	53.149	83.467	53.149	83.467	52.950	72.482
Serviços	1.356.043	1.547.035	1.356.043	1.547.035	1.275.783	1.453.994
Diárias	76.685	256.133	76.685	256.133	76.685	253.188
Passagens	53.248	145.000	53.248	145.000	53.162	135.419
3. Financeiras	78.547	89.226	78.547	89.226	78.547	89.226
Juros e Enc. s/ Empréstimos	3.138	0	3.138	0	3.138	0
Serviços Bancários	75.409	89.226	75.409	89.226	75.409	89.226
4. Outras Despesas Correntes	1.268.551	1.367.946	1.268.551	1.367.946	1.263.406	1.362.636
Subvenções	4.605	5.845	4.605	5.845	4.406	5.481
Tributárias	1.222.050	1.253.399	1.222.050	1.253.399	1.216.905	1.248.094
Demais elementos do grupo	41.896	108.702	41.896	108.702	41.896	108.702
DESPESAS CORRENTES	6.140.966	5.924.555	6.140.966	5.924.555	5.968.842	5.740.038

Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
5. Investimentos (6.3.2.1)	693.138	982.253	693.138	982.253	811.899	863.492
Obras e Instalações	657.797	784.184	657.797	784.184	776.558	665.423
Equipamentos e Materiais Permanentes	29.292	198.069	29.292	198.069	29.292	198.069
Intangível	6.049		6.049		6.049	0
7. Amortização da Dívida	190.558	0	190.558	0	190.558	0
Amortização de Empréstimos	190.58	0	190.558	0	190.558	0
DESPESAS DE CAPITAL	883.696	982.253	883.696	982.253	1.002.457	863.492
TOTAL GERAL	7.024.662	6.906.807	7.024.662	6.906.807	6.971.300	6.603.530

Houve um acréscimo de 2% do total geral da despesa de 2017 para 2018. As despesas correntes de pessoal foram oneradas em razão da contratação de novos servidores para o quadro funcional do CRCCE. Consequentemente, houve a majoração das despesas com remuneração de pessoal, encargos patronais e benefícios assistenciais. Os grupos de uso de bens e serviços, despesas financeiras e outras despesas correntes e despesas de capital realizadas foram redimensionadas em razão do comprometimento com pessoal.

Gestão de Multas de Infração

Multas de Infração	
De exercícios anteriores	495.999,81
Lançadas em 2018	140.149,48
Recebidas em 2018	80.419,62
A receber	555.729,67

As multas de infração decorrem das decisões transitadas em julgado como aplicação de penalidade pecuniária ao autuado. A comunicação da aplicação da penalidade é feita de ofício com o envio da respectiva guia de multa. O CRCCE tem intensificado a cobrança das multas por telefone, protesto em cartório e inscrição em dívida ativa. Apesar disso, o volume de recebimento está abaixo do esperado. Para melhorar o desempenho, o CRCCE vem estruturando o setor de cobrança e desenvolvendo ações administrativas e judiciais para recuperação de créditos, a exemplo do mutirão de conciliação realizado na Justiça Federal.

Contingenciamento de Despesa

O CRCCE estabeleceu algumas medidas administrativas em relação as despesas correntes de uso de bens e serviços. Tais medidas teve a finalidade de reduzir as despesas discricionárias de custeios não legalmente obrigatórias.

Medidas Mitigadoras

Durante o exercício, foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, exemplificadas a seguir:

- Revisão do contrato de prestação de serviços de mão de obras terceirizadas com supressão de postos de trabalho;
- Renegociação dos planos de telefonia fixa e móvel;
- Redução de gastos com diárias e passagens;
- Recisão de contrato de estagiários;
- Encerramento da vigência do contrato de serviços prestados de assessoria de comunicação sem a posterior recontração;

Desafios e ações futuras

- Manter o bom funcionamento da estrutura do CRCCE, mesmo com o cenário econômico instável;
- Desenvolver meios de atingir os resultados minimizando o consumo de recursos;
- Treinar a equipe de trabalho para a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Melhorar o mapeamento dos recursos disponíveis e suas alocações;
- Divulgar os resultados orçamentários e financeiros alcançados para tomada de decisão.

Gestão de Pessoas

Política de Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas praticada pelo CRCCE é pautada nas diretrizes institucionais e desenvolvida por meio de uma série de ações para valorização do seu corpo funcional. Tem como finalidade motivar e comprometer os funcionários com os resultados operacionais da unidade de trabalho e, consequentemente, com os objetivos estratégicos da organização..

Desenvolvimento profissional, gestão participativa, remuneração, avaliação de desempenho, benefícios praticados no mercado e qualidade de vida são os pilares da gestão de recursos humanos.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade da gestão de pessoal, o CRCCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em legislação federal e regulamentação própria. Conforme a seguir::

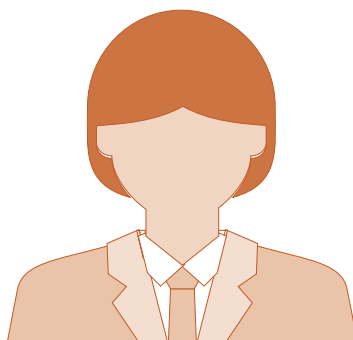
- Constituição Federal;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),
- Leis n.º 8.036/1990 e 8.212/1991;
- Resolução CRCCE nº. 565/2011 que aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas do CRCCE é realizada por meio de indicadores, que permitem medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional. Além disso, a Cordenadoria de Recursos Humanos e Departamento Pessoal é responsável pela observância às normas e ao cumprimento dos seguintes tópicos:

- Acompanhamento e controle do registro e justificativa de ponto dos colaboradores;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Controle e acompanhamento da entrega relativa à acumulação ou não de cargos, função ou emprego em entidades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista;

Avaliação da força de trabalho



*limpeza e conservação, apoio administrativo, transporte e suporte em tecnologia da informação

**Os aprendizes fazem parte do quadro de funcionários efetivos do CRCCE

Em dezembro/2018, a força de trabalho do CRCCE estava assim distribuída:

Faixa salarial		
Funcionários efetivos	Faixa salarial	Cargos Comissionados
18	Até R\$ 3.500,00	3
32	De R\$ 3.500,01 a R\$ 7.000,00	1
1	De R\$ 7.000,01 a R\$ 10.500,00	0
1	Acima de R\$ 10.500,00	0
34	Total	4

Bolsa auxílio dos estagiários		
Carga Horária	Valor	Quantidade
6 horas diárias	R\$ 800,00	6
Total		6

*cada estagiário recebe R\$ 121,00 de auxílio transporte além da bolsa

Representatividade por gênero		
♀		♂
13	Funcionários efetivos	21
3	Cargos Comissionados	1
4	Estagiários	2
20	Total	24

Representatividade por cargo e gênero		
♀		♂
12	Auxiliar Administrativo	8
0	Assistente Administrativo	2
1	Sécretário-Executivo	0
1	Contador	0
4	Fiscal Contador	3
2	Procurador Jurídico	0
2	Assessor	0
1	Assistente de Gestão	1
1	Aprendiz	0
24	Total	14

Representatividade por etnia

	Parda	Branca	Negra	Indígena
Funcionários efetivos	8	25	1	0
Cargos Comissionados	2	2	0	0
Estagiários	5	1	0	0
Total	15	28	1	0

Representatividade por faixa etária

	Millennials Até 21 anos	Geração Y entre 22 e 36 anos	Geração X entre 37 e 51 anos	Baby boomers acima de 51 anos
Funcionários efetivos	2	11	18	03
Cargos Comissionados	0	3	1	0
Estagiários	1	5	0	0
Total	3	19	19	3

Representatividade por área de trabalho

Área de Trabalho	Funcionários efetivos	Cargos Comissionados	Estagiários
Superintendência Executiva	6	0	0
Vice-Presidência Administrativa	7	–	1
Presidência	6	4	1
Vice-Presidência de Fiscalização	8	0	0
Vice-Presidência de Registro	4	0	0
Vice-Presidência Desenvolvimento Profissional	3	0	0
Vice-Presidência de Integração Estadual	0	0	4
Total	34	4	6

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

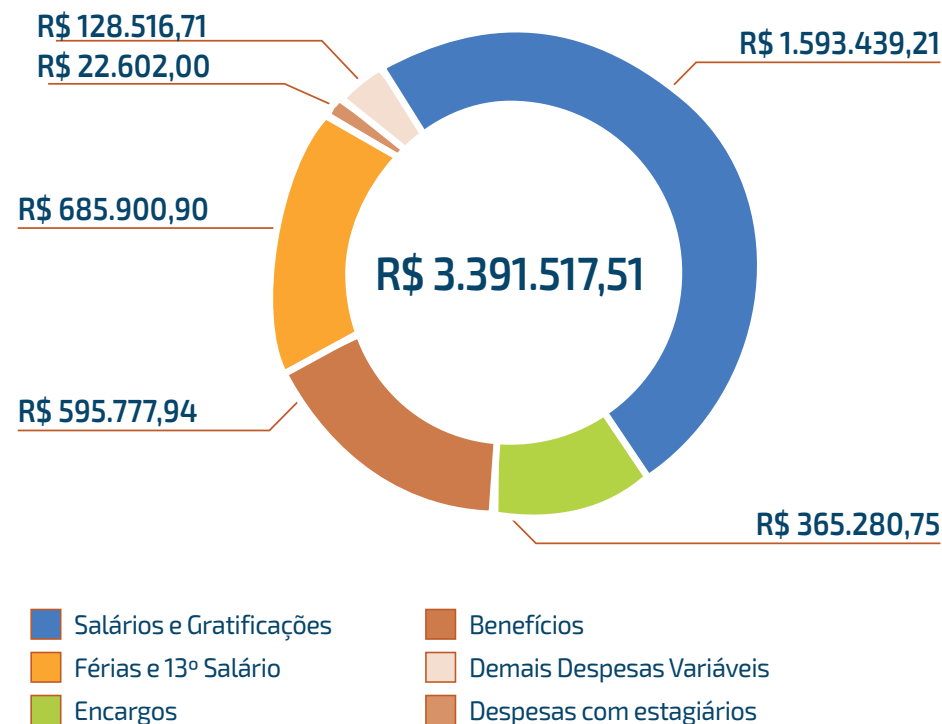
A admissão de empregados para preenchimento de cargos do quadro permanente se fará exclusivamente por concurso público em obediência ao art. 37 da Constituição Federal. Apenas para os cargos em comissão funcionários podem ser nomeados sem a necessidade de concurso público, por livre contratação e exoneração, de acordo com regras específicas estabelecidas pela legislação vigente. O CRCCE limita a ocupação de cargos comissionados por pessoas de fora do quadro efetivo a 50% do total.

Os cargos são distribuídos em cinco grupos de atividades cada qual com seus respectivos níveis salariais: Grupo de Atividades Básicas (Nível Fundamental), Grupo de Atividades Administrativas (Nível Médio), Grupo de Atividades Técnico-Administrativas (Nível Médio e Superior), Grupo de Atividades Especializadas (Nível Superior) e Grupo de Atividades Jurídicas (Nível Superior). A cada cargo são definidas uma série de atividades com o objetivo de delimitar atribuições, deveres e responsabilidades necessários para o seu desempenho.

Para realização de concurso são considerados fatores como: desligamentos de empregados, dimensionamento da força de trabalho, complexidade da estrutura do CFC, disponibilidade orçamentária e financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.



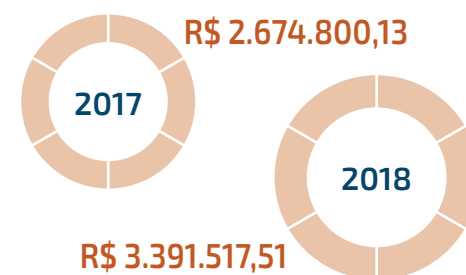
O montante gasto com despesas de pessoal no exercício de 2018 foi de R\$ 3.391.517,51, sendo distribuídos da seguinte forma:



O gasto com pessoal teve um aumento de 26,79% em relação ao ano de 2017. Os fatores que levaram ao incremento desse gasto foram:

- a convocação e admissão de 11 aprovados em concurso público (Edital CRCCE 01/2017);
- a criação de novos setores visando a segregação de funções;
- o reajuste salarial de 3% aprovado na através da Portaria CRCCE 21/2018.

Comparativo do gasto com pessoal



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de desempenho

A Avaliação de Desempenho consiste, por definição, em um procedimento que visa mensurar as habilidades e progresso profissionais do quadro de empregados de uma organização. São usados critérios subjetivos como seu conhecimento técnico, produtividade, organização, senso de urgência, comprometimento, cordialidade e respeito, adaptabilidade, flexibilidade, entre outros. Além disso, os profissionais também são avaliados de maneira objetiva conforme sua pontualidade, assiduidade, tempo de experiência profissional no CRCCE, atualização profissional e cumprimento de normas e orientações.

Os fatores analisados são: Relacionamento Interpessoal, Iniciativa e Criatividade, Dedicação e Compromisso, Qualidade e Gestão de Pessoas (exclusivo para a avaliação de gestores). A descrição de cada fator de avaliação corresponde a um conceito de avaliação.

Os fatores de avaliação são roteiros para se conhecer melhor o corpo técnico do Conselho Regional de Contabilidade. Os resultados da avaliação são informações importantes para o planejamento de treinamentos e outros programas que visem colaborar com o desenvolvimento profissional do funcionário.

Progressão funcional

Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)

Aprovado pela Resolução CRCCE n.º 565/2011 o conjunto de procedimentos que têm por objetivo regulamentar e disciplinar o sistema de mérito funcional por intermédio da ascensão

na carreira dos empregados, em conformidade com legislação trabalhista, baseando-se na Progressão Horizontal por merecimento ou por antiguidade.

O objetivo principal da estrutura salarial é compor um esquema de remuneração, distribuído em nível, em cada cargo, capaz de atrair e manter pessoal qualificado e estimulado para as diversas posições do CRCCE, além de oferecer ao funcionário perspectivas de progressão em concordância com a sua capacidade e habilidades.

Progressão Funcional

Todos os funcionários efetivos serão submetidos à avaliação de desempenho anualmente, porém com progressões a cada 2 ou 4 anos seja por merecimento ou por antiguidade. Esse processo é definido da seguinte forma:

- **Progressão Horizontal por Merecimento:** decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o último nível da categoria em que está enquadrado. Deve ocorrer a cada 02 (dois) anos, no mês de Março, encerrando-se no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante aprovação em avaliação de desempenho, aplicada por Comissão de Avaliação devidamente designada pela Presidência do CRCCE.
- **Progressão Horizontal por Antiguidade:** decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o último nível da categoria em que está enquadrado. Ocorre a cada 4 (quatro) anos, no mês de Março, encerrando-se no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, caso o empregado não tenha progredido por merecimento neste período.

Tabela de remuneração

Auxiliar Administrativo	R\$ 2.105,69*
Assistente Administrativo	R\$ 3.007,44*
Secretário-Executivo	R\$ 3.007,44*
Contador	R\$ 3.890,44*
Fiscal Contador	R\$ 3.890,44*
Procurador Jurídico (4h)	R\$ 4.295,38*

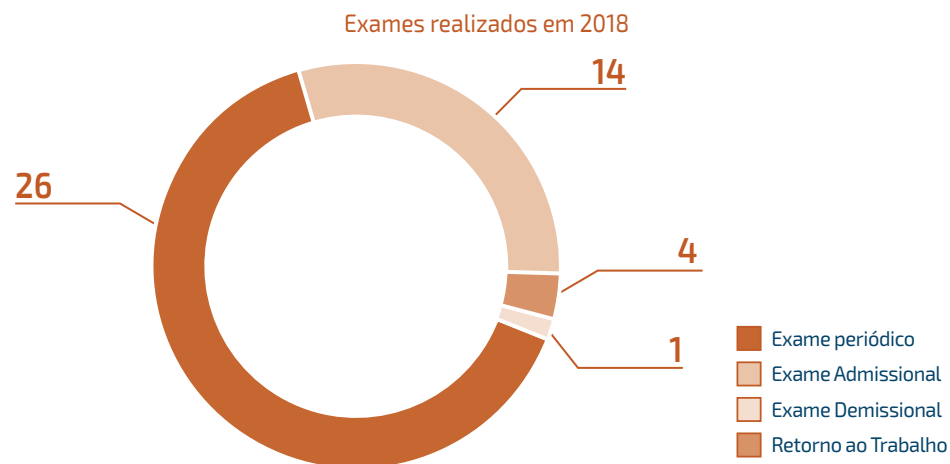
* Salário inicial do cargo

Cargos gerenciais ocupados por empregados efetivos

Os cargos gerenciais também foram aprovados pela Resolução CRCCE n.º 565/2011, sendo 78% deles ocupados por funcionários efetivos e os demais através de livre nomeação.

Segurança e Medicina no Trabalho

Visando proporcionar a qualidade e a segurança no trabalho dos seus colaboradores, o CRCCE controla a realização de exames com Atestados de Saúde Ocupacional e realizou processo de contratação de empresa especializada para desenvolver o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).



Capacitação: estratégia e números

O CRCCE prima pela capacitação de seu quadro de pessoal e em 2018 promoveu incremento de conhecimento profissional através de 12 cursos. Dentre as capacitações, 5 foram realizadas aproveitando o próprio corpo técnico do CRCCE em seminário e treinamentos internos, 4 tiveram as inscrições custeadas pelo Conselho, incluído uma *in company*, 1 através de contratação de instrutor e outras 2 promovidas pelo CFC.

Ao todo, o CRCCE investiu R\$ 21.569,00 nos eventos de capacitação que abrangeram todos os funcionários efetivos e cargos comissionados.

O CRCCE investiu **R\$ 21.569** em cursos, treinamentos e capacitação funcional, totalizando **12 eventos** com a participação de **100%** do corpo funcional



Principal desafio e ação futura eSocial

Um dos principais desafios para a área de gestão de pessoas consiste na adequação das rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. Essa ferramenta é denominada Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.

Com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento e melhorar a qualidade do trabalho desenvol-

Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do eSocial em janeiro/2020. Neste sentido, o CRCCE deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.



Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade da gestão de Licitações e Contratos, o CRCCE observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle, conforme a seguir:

- Constituição Federal;
- Lei n.º 8.666/1993;
- Lei n.º 10.520/2002;
- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Decretos Lei: n.º 3.555/2000; n.º 3.722/2001; n.º 5.450/2005; n.º 7.892/2013; e n.º 8.538/2015.
- Instruções normativas

O Conselho conta com a atuação de sua Procuradoria Jurídica, que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente no que se refere a legislação acima citada e as Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).

Detalhamento dos Gastos das Contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Modalidades (nº de processos)/ Finalidades	Despesas Finalísticas	Fortalecimento Institucional	Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Total
Dispensas	4	9	5	41	59
Inexigibilidades	0	0	2	5	7
Pregões*	0	0	0	1	1
Gasto por finalidade	R\$ 8.788,64	R\$ 27.630,00	R\$ 30.804,66	R\$ 230.870,76	R\$ 298.094,06

Contratos em 2018



Contratações mais relevantes

A contratação mais relevante realizada pelo CRCCE, em 2018, foi para atender aos programas de Gestão Integrada abrangendo todos os departamentos:

Sistema de Informática

A concessão de uso de sistema de informática para acompanhamento cadastral com manutenção e atualização: Cadastramento; Financeiro; Caixa; Dívida Ativa; Fiscalização; Protocolo; Eleição; Contabilidade; Contas a pagar; Bens Patrimoniais; Esqtoques; Cursos; Eventos; Diárias e Passagens; Consulta ao Cadsstro via Internet; eleição via Internet; Processo Protocolo via Internet; Curso via Internet; Eventos via Internet; Decore eletrônica; Gerência via Internet.

Valor: **R\$ 55.514,16**

Justificativa: Esse sistema de gestão integrada atende as demandas de cada departamento do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE). Nos últimos anos a informática tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução dos serviços nas empresas públicas e privadas. No CRCCE boa parte dos processos de trabalho já opera em sistemas de informatização. A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos administradores e prejudicaria o atendimento aos profissionais da contabilidade.

Contratações diretas: justificativas



Dentre as **07** inexigibilidades contratadas no exercício, destaca-se **1** processo de capacitação para o corpo funcional, em torno de **R\$ 15.000,00**, visando o aperfeiçoamento dos empregados.

Os **59** processos de dispensas de licitação em razão do valor totalizam **R\$ 135.109,99**.

Contratações Diretas	Dispensas	Inexigibilidades
Funcionamento Administrativo	135.109,99	83.524,16
Despesas Finalísticas	8.788,64	-
Tecnologia da Informação	21.424,76	9.739,90
Fortalecimento Institucional	27.630,00	-
Gasto por modalidade	R\$ 192.953,39	R\$ 92.904,06

Principais desafios e ações futuras

- Manter a equipe de contratações atualizada e capacitada;
- Contratação Sustentável, Fiscalização de Contratos e Sanções Administrativas.

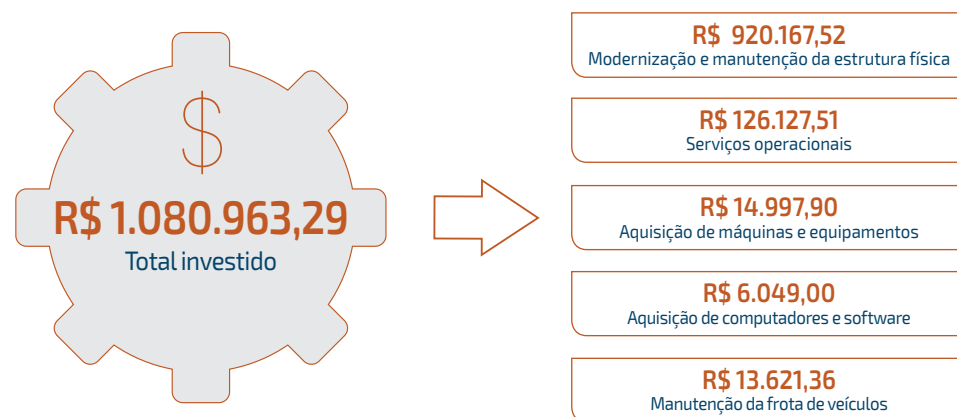
Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

O CRCCE está alinhado, dentre outros, aos seguintes normativos quanto à sua gestão patrimonial:

- Artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal;
- Resolução CFC 1.543/2018
- Lei n.º 4.320/1964;
- Decreto-lei n.º 200/1967;
- Instrução Normativa n.º 205/1988;
- Lei Complementar n.º 101/2000;
- Lei n.º 8.429/1992;
- Decreto n.º 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)



Quanto à modernização e manutenção da estrutura física, os contratos de serviços de limpeza, conservação e jardinagem e segurança predial e preventiva totalizam **R\$ 114.502,43**, representando mais de **10,59%** dos gastos em infraestrutura e aquisição de equipamentos.

Os investimentos realizados estão relacionados aos objetivos estratégicos 12 e 15, que são respectivamente "Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs" e "Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs".

Desfazimento de ativos



Os ativos baixados do Sistema de Bens Patrimoniais do CRCCE se referem a equipamentos de informática e mobiliário declarados inservíveis e que foram doados a Entidade Filantrópica Emaús.

Resultados alcançados

Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar:



Gestão da tecnologia da informação

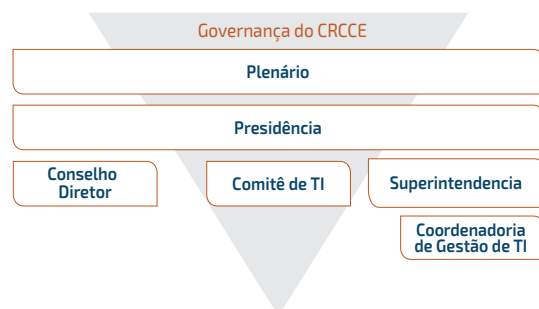
Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação (TI), o CRCCE, por meio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, observa e aplica um conjunto de regras e diretrizes para os projetos e serviços planejados com relação direta ao ramo da tecnologia da informação do CRCCE e ao Plano Estratégico Institucional.

De fato, o CRCCE, por intermédio de seu Comitê de Gestão de TI elaborou e aprovou no 2º semestre de 2017 o texto base para o PDTI do biênio 2018/2019. Com efeito, a principal função desse Comitê é a de apresentar a cada PDTI projetos na adoção de uma melhor estrutura para nosso parque de informática e segurança de informação quanto a nossa Rede

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do CRCCE atua em cooperação com Comitê de TI que tem por objetivo elaborar e aprovar políticas relativas à TI, além de monitorar e avaliar sistematicamente estas políticas



Montante de recursos aplicados em TI

Exercício 2018

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	ORÇAMENTO	EMPENHADAS	REALIZADAS	% REALIZADO / ORÇAMENTO
SERVIÇOS	R\$ 2.023.944,40	R\$ 176.306,35	R\$ 176.306,35	8,71 %
INVESTIMENTOS	R\$ 816.430,88	R\$ 6.049,00	R\$ 6.049,00	0,74 %
TOTAL	R\$ 2.840.375,28	R\$ 182.355,35	R\$ 182.355,35	9,45 %

Exercício 2017

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	ORÇAMENTO	EMPENHADAS	REALIZADAS	% REALIZADO / ORÇAMENTO
SERVIÇOS	R\$ 2.219.672,06	R\$ 151.094,48	R\$ 151.094,48	6,81%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.529.377,25	R\$ 32.266,00	R\$ 32.266,00	2,11%
TOTAL	R\$ 3.749.049,31	R\$ 183.360,48	R\$ 183.360,48	8,92%

Contratações mais relevantes de recursos de TI

- Hospedagem de dados de emissão dos serviços on line (decore eletrônica, certidões, alvarás, e outros), com link dedicado 24h, servidor Intel i5 Quad Core 16 GB Ram HD 1000GB Link 100MB FULL Windows + SQL Full
Empresa: Data Corpore Serv de Telecomunicações e Infor. LTDA
R\$ 5.994,00
- Prestação de serviços de monitoramento de funcionamento dos sistemas do website, manutenções corretiva e atualizações eventuais, atualização de funções, áreas personalizadas, formulários e banners
Empresa: F A VIEIRA DE SOUZA PUBLICIDADE ME
R\$ 4.884,92
- Sessão de uso e manutenção nos sistemas SPW
Empresa: SPIDERWARE CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA
R\$ 56.609,61
- Prestação de serviços de hospedagem de site e servidor virtual para envio de e-mails
Empresa: WEBHOSTING INTERNET E SERVIÇOS LTDA - EPP
R\$ 5.782,00
- Fornecimento de acesso dedicado (com garantia de banda) à Internet (rede mundial de computadores) banda larga, via fibra ótica à velocidade mínima de 50 Mbps + redundância (via fibra ou rádio originado de outro acesso)
Empresa: DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
R\$ 21.546,23

Segurança da informação

Quanto à segurança dos arquivos, o backup é feito pelo Setor de TI através de HD Externo (Tipo Storage) e as cópias dos arquivos SQL diariamente são replicados para Data Center externo. De fato, a proteção dos dados dos servidores é utilizado um Sistema de Firewall / Proxy profissional para a integridade dos mesmos seja plena e contra possíveis invasões



Principais desafios e ações futuras

Condicionamento tecnológico em relação a fornecedores e prestadores de serviço, que pode ocasionar:

- Descontinuidade de serviço;
- Necessidade de contratação de novos equipamentos e procedimentos de migração.

Acompanhar a rápida evolução das tecnologias, que implica em:

- Investir em novas capacitações, cursos e aprimoramento dos colaboradores de TI;
- Adquirir novos equipamentos com tecnologias avançadas.

Garantir a segurança de dados e redes, sendo necessárias as seguintes medidas:

- Manter a equipe treinada, os processos confiáveis e preestabelecidos;
- Executar ações mais rápidas e eficientes caso algum risco seja identificado.

Trabalhar as principais fraquezas e principais riscos detectados na Gestão de TI, que implica nas seguintes ações:

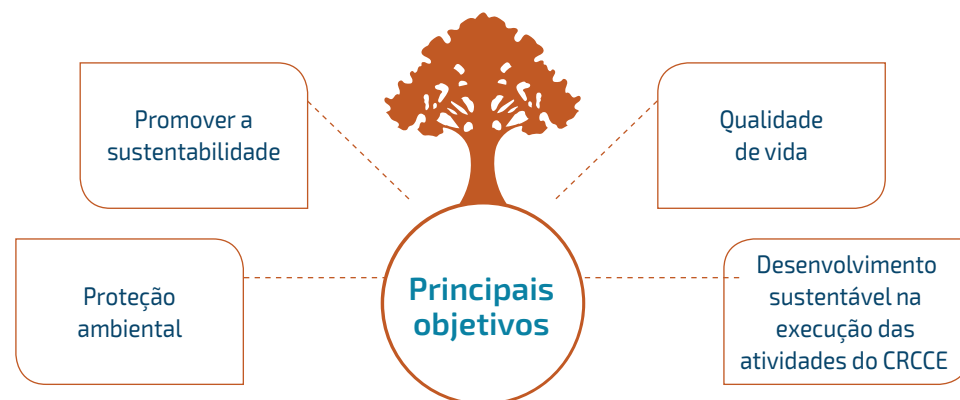
- Dispor de recursos para o pleno atendimento das demandas solicitadas pelas áreas do CRCCE;
- Substituir sistemas legados e obsoletos;
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de TI;
- Investir em segurança para minimizar ataques aos sistemas, bancos de dados e portais do CRCCE.



Sustentabilidade Ambiental

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Está previsto para o ano de 2019, o CRCCE desenvolver e aprovar seu plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), que servirá como uma ferramenta de planejamento que possibilitará estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos.



O Plano de Ação desenvolvido para compras e contratações sustentáveis visa:

Aprimorar os processos de compras e contratações, pautados por critérios de sustentabilidade, em conformidade com o disciplinado na Lei n.º 8.666/1993, no Decreto n.º 7.746/2012 e demais normativos vigentes

Incluir critérios socioambientais nos editais de licitação para aquisição de bens permanentes e de consumo, contratação de serviços e de obras

Capacitar empregados do CRCCE para que possam incluir com segurança critérios de sustentabilidade nos processos de compras, contratações e editais de licitação

Ações de Responsabilidade Socioambiental

Campanha de boas práticas - uso racional de: energia elétrica e água.

Redução de resíduos poluentes

Descarte e Reciclagem

A política de descarte e reciclagem tem como objetivo promover ações e atividades que visem ao consumo e ao descarte consciente de seus materiais, por parte dos seus colaboradores. Por meio de ações contínuas de coleta seletiva de resíduos e de reciclagem nos diversos setores da instituição, mantém-se um ambiente racional e sustentável.



Gestão de Custos

O CRCCE não realiza a distribuição dos custos indiretos por centros de custos, o Conselho utiliza sistema informatizado para controle dos custos diretos realizados por projeto, no módulo do Sistema Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Por meio desse sistema, é possível emitir relatórios com o propósito de gerenciar os gastos por objetivo estratégico, programa, área e projeto, sendo, portanto, uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão pelo gestor.

Conformidade legal

Art. 50, §3º da Lei Complementar 101/2000; Resolução CRCCE nº 683/2017, que aprova o Plano de Trabalho e o orçamento para o exercício financeiro de 2018; Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRC's, aprovado pela Resolução CFC nº 1.161/2019.

Despesas executadas por programa - 2018

O montante de Despesas no valor de R\$ 7.024.662,33 foi direcionado no seguinte modo:

Despesas executadas por área - 2018

Programa	Orçamento Atual	Despesa Liquidada
Gestão de registro profissional	226.317,54	165.061,70
Gestão de fiscalização	3.586.664,55	3.431.963,71
Gestão de educação continuada	473.300,00	265.916,98
Suporte e atividades afins	3.737.025,91	3.161.719,94
Total	8.023.308,00	7.024.662,33

Área responsável	Orçamento Atual	Despesa Liquidada
Departamento de Cobrança	190.197,54	144.478,55
Departamento de Des. Profissional	319.720,00	202.155,22
Departamento de Fiscalização	10.000,00	-
Assessoria da Presidência	45.500,00	17.831,00
Secretaria Executiva	26.500,00	22.615,20
Departamento de Contabilidade	4.821.143,55	4.582.885,75
Assessoria de Imprensa	66.200,00	45.554,20
Assessoria Jurídica	148.000,00	60.359,71
Superintendencia Executiva	1.761.413,17	1.541.732,30
Departamento de Tecnologia da Infom	213.000,00	81.603,69
Departamento de Logística	123.938,21	56.341,72
Departamento Financeiro	297.695,53	269.104,99
Total	8.023.308,00	7.024.662,33

Principais desafios e ações futuras

O CRCCE tem o compromisso de elevar a eficiência na gestão dos recursos. Para isso, vem investindo em ações de planejamento e controle. O objetivo é ampliar o controle realizado no Sistema de Plano de Trabalho implantando a distribuição de custos indiretos por centros de custos.



Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador, Chismenia Chaves de Castro Almeida

O Departamento de Contabilidade está subordinada a Vice Presidência de Administração de acordo com a Resolução 565/2011 e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do CRCCE

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará orientará as informações contidas na declaração do contador.

As demonstrações contábeis do CRCCE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPIC/ CFC n.º 020/2018 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU n.º 170/2018, de 19/09/2018 e da Portaria TCU 369, de 17/12/2018, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são: Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do CRCCE; Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução; Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais – demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, no confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) - tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com os incisos I, II e III do artigo 26 da Resolução CRCCE n.º 584/2012 que aprova o Regimento do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços

Com vistas à convergência da contabilidade pública brasileira as normas internacionais de contabilidade pública, o sistema CFC/CRCs reestruturou suas prioridades e estabeleceu metas para implementação do novo modelo na sua estrutura interna. Sendo o CRCCE parte integrante do sistema CFC/CRCs, apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, dentre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações



Patrimoniais;

- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas;
- Registro contábil por meio de eventos;
- Controle orçamentário por meio de empenhos;
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis;
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Desafios

Primando pela aplicação das boas técnicas e na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados. A ausência de parametrização no sistema informatizado, em decorrência da complexidade, diversidade e amplitude de implantação de processos, provocou a elaboração de alguns relatórios em planilhas

eletrônicas, a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme destacamos a seguir:

- Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.

- Gestão de Custos – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto no exercício, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Considerando que os registros contábeis estão alinhados aos procedimentos internos de controles e normativos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão no modelo Relato Intergrado e do processo de Prestação de Contas, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará.

Chismenia Chaves de Castro Almeida

CRC-CE 019945/O

Demonstrações Contábeis | 44

Balço Patrimonial - BP

Em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		3.088.297	3.293.973	PASSIVO CIRCULANTE		1.353.985	1.231.547
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	458.486	625.518	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	10	52.862	38.782
Caixa e Equivalentes de Caixa		458.486	625.518	Encargos sociaisPessoal a Pagar		52.862	38.782
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	02	2.437.771	2.280.563	Obrigações de Curto Prazo	11	146.873	301.313
Créditos a Receber		9.408.361	8.055.381	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO		7.473	32.888
(-) Perda Estimada c/Créditos de Liquidação Duvidosa	03	-6.970.589	-5.774.818	Depósitos Consignáveis		36.687	26.993
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	04	142.132	304.741	Fornecedores		102.712	241.432
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		71.468	44.409	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	12	69.467	68.557
Tributos e Contribuições a Recuperar		18.843	27.903	Contas a Pagar		17.690	21.783
Créditos po Danos ao Patrimônio		6.419	5.475	Transferências Legais		17.912	16.777
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	160.004	Outras Obrigações Legais		33.864	29.997
Outros Créditos e Valores a Receber		45.402	66.949	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	13	902.878	765.727
ESTOQUES	05	46.693	80.337	Provisões Trabalhistas		295.902	194.157
Almoxarifado		46.693	80.337	Provisões p/ riscos trabalhistas e cíveis		33.600	34.800
VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	06	3.214	2.813	Provisões de Cota Parte		573.176	536.770
Var. Diminutivas pagas Antecipadamente		3.214	2.813	EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO	14	181.905	-
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		5.327.066	4.654.470	Empréstimos Obtidos		181.905	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		428.108	403.289	VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS	15	-	57.167
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	02	14.400.677	12.263.037	Cauções		-	57.167
(-) Perda Estimada c/Créditos de Liquidação Duvidosa	03	-13.972.569	-11.859.748	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		817.055	532.519
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		4.898.958	4.251.181	EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO	14	817.055	532.519
Imobilizado		6.058.019	5.279.292	Empréstimos Obtidos		817.055	532.519
Intangível	09	51.933	-	TOTAL DO PASSIVO		2.171.040	1.764.066
(-) Depreciação Acumulada	08	-1.210.902	-1.028.110	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	6.244.323	6.184.376
(-)Amortização Acumulada		-91	-	Patrimônio Social		6.244.323	6.184.376
TOTAL DO ATIVO		8.415.363	7.948.443	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.415.363	7.948.443
ATIVO FINANCEIRO		603.832	933.072	PASSIVO FINANCEIRO		747.009	659.977
ATIVO PERMANENTE		7.811.531	7.015.371	PASSIVO PERMANENTE		1.424.031	1.104.090
SALDO PATRIMONIAL						6.244.323	6.184.376

Balanço Orçamentário - B0

Em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

Receita Orçamentária	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES	20	7.240.308	7.240.308	6.166.519	1.073.789
Contribuições		6.338.062	6.338.062	5.166.498	1.171.564
Exploração de Bens e Serviços		77.770	77.770	79.834	-2.064
Financeiras		592.486	592.486	555.370	37.116
Transferências		98.412	98.412	185.293	-86.881
Outras Receitas Correntes		133.578	133.578	179.523	-45.945
RECEITAS DE CAPITAL	20	760.000	760.000	765.489	-5.489
Operações de Créditos Internos		760.000	760.000	765.489	-5.489
DÉFICIT	21	-	-	-92.654	-
TOTAL DAS RECEITAS		8.000.308	8.000.308	6.839.354	1.068.300
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO			23.000		

R\$ Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20	7.049.018	-32.699	7.016.319	6.140.966	6.140.966	5.968.842	875.353
Pessoal e encargos		3.099.019	231.001	3.330.021	3.232.140	3.232.140	3.145.708	97.880
Benefícios assistenciais		21.168	3.876	25.044	22.602	22.602	22.602	2.442
Uso de bens e serviços		2.327.800	-188.917	2.138.883	1.539.125	1.539.125	1.458.580	599.757
Financeiras		118.000	-10.862	107.138	78.547	78.547	78.547	28.591
Transferências correntes		5.000	2.000	7.000	4.605	4.605	4.605	2.395
Tributárias e contributivas		1.407.031	-63.038	1.343.993	1.222.050	1.222.050	1.216.905	121.942
Outras despesas correntes		71.000	-6.758	64.242	41.896	41.896	41.896	22.346
DESPESAS DE CAPITAL	20	951.290	55.699	1.006.989	883.696	883.696	883.696	123.293
Investimentos		750.732	55.699	816.431	693.138	693.138	693.138	123.293
Amortização de empréstimos		190.558	-	190.558	190.558	190.558	190.558	-
SUBTOTAL		8.000.308	23.000	8.023.308	7.024.662	7.024.662	6.852.538	997.295
TOTAL DAS DESPESAS		8.000.308	23.000	8.023.308	7.024.662	7.024.662	6.852.538	997.295

Balço Financeiro - BF

Em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

INGRESSOS	NE	2018	2017	DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	19	6.932.008	6.973.573	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	19	7.024.662	6.906.807
Receitas Correntes		6.166.519	6.466.148	Despesas Correntes		6.140.966	5.924.555
Receitas de Capital		765.489	507.425	Despesas de Capital		883.696	982.253
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	19	8.220.550	7.968.278	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	19	8.294.927	7.793.647
Adiantamentos a Pessoal		265.954	217.023	Adiantamentos a Pessoal		276.001	217.997
Tributos e Contribuições a Recuperar		15.647	49	Tributos e Contribuições a Recuperar		6.587	5.389
Créditos e Danos ao Patrimônio		519	3.571	Créditos e Danos ao Patrimônio		1.463	8.744
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	57.167	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	57.167
Créditos e Valores a Receber		48.589	35.537	Créditos e Valores a Receber		27.042	70.494
Pessoal a Pagar		1.913.225	1.456.796	Pessoal a Pagar		1.913.225	1.456.796
Encargos a Pagar		564.052	429.411	Encargos a Pagar		549.973	430.449
Obrigações de Curto Prazo		3.020.490	3.265.781	Obrigações de Curto Prazo		3.174.931	3.157.817
Contas a Pagar		744.726	900.002	Contas a Pagar		748.819	902.375
Transferências Legais		1.137.731	1.191.439	Transferências Legais		1.136.595	1.186.133
Instituições Financeiras		3.362	-	Instituições Financeiras		3.362	-
Provisões Trabalhistas		452.081	354.336	Provisões Trabalhistas		350.335	300.284
Cauções		6.087	57.167	Cauções		63.254	-
Depósitos Judiciais		19.026	-	Depósitos Judiciais		19.026	-
Honorários de Sucumbência		24.313	-	Honorários de Sucumbência		24.313	-
Cancelamentos de Restos a Pagar		4.747	-				
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		625.518	384.121	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		458.486	625.518
TOTAL		15.778.075	15.325.972	TOTAL		15.778.075	15.325.972

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

Em 31 de dezembro de 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						R\$ Mil	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Contribuições	18	7.221.890	7.390.264	Pessoal e Encargos	18	3.209.818	2.412.641
Exploração de bens e serviços		170.085	197.481	Benefícios Assistenciais		22.602	16.662
Financeiras		2.953.280	2.257.047	Uso de bens e Serviços		1.757.737	2.175.814
Transferências		175.293	141.678	Financeiras		280.369	233.969
Valorização e Ganhos com Ativos		-	53.000	Transferências		4.605	5.845
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.525.602	3.077.657	Tributárias e Contributivas		1.279.885	1.351.095
				Desvalorização e Perda de Ativos		7.197.907	5.830.586
				Outras variações patrimoniais Diminutivas		224.331	324.011
TOTAL		14.046.151	13.117.127	TOTAL		13.977.254	12.350.623
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO					18	68.897	766.504

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2018	2017	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	693.138	982.253	
Investimentos	693.138	982.253	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	53.000	
Alienação de Bens	-	53.000	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	765.489	377.858	
Incoporação de Passivos	765.489	377.858	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1190.558	-	
Desincorporação de Passivos	190.558	-	

Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC

Em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (A)	2018	2017	FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (B)	2018	2017
INGRESSOS	6.166.518,80	6.466.147,88	INGRESSOS	-	129.567,00
RECEITAS	6.166.518,80	6.466.147,88	Alienação de Bens	-	53.000,00
Receitas de Contribuições	5.166.498,18	5.509.966,91	Auxílios	-	76.567,00
Exploração de Bens e Serviços	79.834,14	200.037,63	DESEMBOLSOS	693.138,22	982.252,63
Receitas Financeiras	555.370,40	589.031,70	Aquisição de Ativos não Circulantes	693.138,22	982.252,63
Transferências (Subvenções)	185.293,32	55.111,09	Empréstimos Concedido	-	-
Outras Receitas	179.522,76	112.000,55	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-693.138,22	-852.685,63
DESEMBOLSOS	6.212.205,75	5.749.923,37	FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMNETO (C)	2018	2017
DESPESAS	6.212.205,75	5.749.923,37	INGRESSOS	765.489,33	377.857,69
Pessoal e Encargos e Benefícios	3.148.964,76	2.383.708,53	Operações de Crédito	765.489,33	377.857,69
Uso de Bens e Serviços	1.684.795,37	1.936.558,81	DESEMBOLSOS	193.695,53	-
Despesas Financeiras	75.409,46	89.225,54	Amortização / Refinamento de Dívidas	193.695,53	-
Despesas Tributárias e Contributivas	1.220.915,08	1.248.093,63	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(571.793,80)	377.857,69
Transferências (Subvenções + Auxílios)	4.605,13	5.844,81	DESCRIÇÃO	2018	2017
Outros Desembolsos	77.515,95	86.492,05	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-167.031,37	241.396,57
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-45.686,95	716.224,51	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	625.517,74	384.121,17
			CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	458.486,37	625.517,74

Restos a Pagar Processados - RPP

Em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

Restos a Pagar Processados	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo
	NE	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	22	331.377	158.901	299.102	13.423	177.753
DESPESAS CORRENTES		212.616	158.901	180.341	13.423	177.753
DESPESAS DE CAPITAL		118.761	-	118.761	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
Saldo Inicial do Exercício		6.184.376	5.422.997
Ajustes de Exercício		-8.950	-5.125
Resultado do Exercício		68.897	766.504
Saldo Final do Exercício	16	6.244.323	6.184.376

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE) localiza-se na Avenida da Universidade nº 3057, Benfica, - 60.020-181- Fortaleza/CE. Foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e alterado pela Lei nº 12.249/10. Tem como principais atividades o registro, fiscalização do exercício profissional de contabilidade e educação continuada. É uma entidade dotada de personalidade jurídica e funciona como Autarquia Federal Especial que presta serviço público e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC 1.370/2011, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. O CRCCE tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC CE nº 584/2012.

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos, a Resolução CFC nº 1161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, as interpretações e orientações emitidas pelo CFC e as Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI nº 20/2018 e INT/VPCI nº 21/2018

Base de Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas do exercício de 2018 são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), o Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas (NE). As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e tem por função evidenciar os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A adoção dos procedimentos contábeis alinhados às NBC TSP iniciou no exercício de 2010, com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado por meio da Resolução CFC nº 1.161/09, destacando-se dentre outras mudanças, a adoção do regime de competência, a avaliação e reavaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis, implementação do processo de depreciação e amortização, e ainda o reconhecimento das alterações positivas e negativas do patrimônio.

Para atender às alterações ocorridas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a convergência das NBCs TSP aos padrões internacionais, e o imprescindível ajuste dos conceitos, estrutura e função/funcionamento. Nesse sentido, o CRCCE adotou as orientações emanadas do CFC.

Uso de Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRCCE fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI nº 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota nº 03.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2018 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI Nº 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa.

Moeda Funcional de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais.

Principais Demonstrativos e Práticas Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CRCCE estão alinhadas aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro e são compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir:

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Federal de Contabilidade, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º – As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

Descrição	2018	2017
Caixa e Equivalente de Caixa	458.486	625.518
Fundo Fino de Caixa	8.800	4.000
Bancos Conta Arrecadação	46.682	18.692
Bancos Aplicação Financeira	310.141	500.202
Disponível para Aplicação Vinculada	92.853	102.624

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil), em títulos lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Creditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;
- b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,
- c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.
- d) doações e legados;
- e) subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2018, um montante de:

Descrição	2018	2017
Créditos a Receber de Curto Prazo	2.437.771	2.280.563
Créditos do Exercício	2.327.790	2.145.300
Créditos de Exercício Anteriores	5.604.370	4.623.202
Parcelamento Débitos	1.476.210	1.286.880
(-) Perdas Estimadas de Créditos	-6.970.589	-5.774.818

Título	2018	2017
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	428.108	403.289
Parcelamento Débito	1.370,725	1.068,806
Créditos de Exercício anteriores não Executados	1.137,796	1.126,074
Dívida Ativa Executada	11.892,156	10.068,157
(-) Perdas estimada de Créditos	-13.972,569	-11.859,748

Nota Explicativa 3

Ajuste para Perda Estimada de Crédito

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Descrição	2018 Ativo não Circulante
Saldo Créditos de Curto Prazo	14.400,677
Percentual de Inadimplência	97%
Cálculo de Ajustes de Perdas	-13.972,569
Créditos Líquidos a Receber	428.108

Nota Explicativa 4

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Corresponde a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos. A seguir, apresenta-se o detalhamento:

Descrição	2018	2017
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	142.132	304.741
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	a 71.468	44.409
Tributos e contribuições a Recuperar	b 18.843	27.903
Créditos por Danos ao Patrimônio	c 6.419	5.475
Demais Créditos c/Vinculação	d -	160.004
Outros Créditos e Valores a Receber	e 45.402	66.949

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros - Valores relativos a adiantamento de férias concedidos a funcionários em dezembro de 2018 e participação no custeio do vale alimentação e vale transporte, a ser descontado na folha de pagamento de Janeiro de 2019;

b) Tributos e Contribuições a Recuperar - Compreende valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade de cota parte repassada a maior que estão aguardando restituição;

c) Créditos por Danos ao Patrimônio – refere-se ao somatório dos registros de direitos da entidade para atribuição de responsabilidades através de processo administrativo instruído a serem recolhidos por funcionários/conselheiros;

d) Demais Créditos com Vinculação - compreende recursos financeiros vinculados que deveriam ser repassados ao CRCCE pelo CFC e estornados em 2018;

e) Outros Créditos e Valores a Receber – o montante é originário de cheques devolvidos de profissionais em exercícios anteriores e acordo pactuado de desconto mensal em folha do plano de saúde de funcionária e dependentes no período de gozo de licença não remunerada.

Nota Explicativa 5

Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almojarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo CRCCE, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis, dentre outros.

Estes bens estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos itens. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Descrição	2018	2017
Almojarifado	46.693	80.337
Materiais de Expediente	24.172	37.033
Impressos Formulários e Papéis	1.927	4.430
Bandeiras, Flâmulas e Placas	-	4.425
Materiais de Informática	7.504	10.284
Materiais Elétricos e Telefonia	102	3.682
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis e Instalação	36	51
Materiais de Copa e Cozinha	3.921	5.952
Uniformes, Tecidos e Aviamnetos	-	950
Materiais de Limpeza, Higiene e Conservação	1.391	7.450
Materiais de Distribuição Gratuita	5.139	5.303

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2018 e os ajustes necessários a sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldo das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 6

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende direito correspondente a pagamento de despesas cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

No exercício de 2018 o CRCCE contratou a apólice de seguros predial da empresa Allianz Seguros S.A com vigência iniciada em dez/2018 pelo prazo de 12 meses. Para seguro anual do veículo pertencente ao CRCCE contratou-se a empresa Porto Seguro com a vigência iniciada em agosto.

DESCRIÇÃO	2018	2017
VAR.DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.214	2.813
Seguros Apropriar	3.214	2.813

Nota Explicativa 7

Investimentos e Imobilizados

Os bens que integram o imobilizado e intagível estão assim distribuídos:

Imobilizado

a - Bens Móveis

b - Bens Imóveis

c - Depreciação Acumulada de Bens Móveis

d - Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

Intagível

a - softwares

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2014, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. Estão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares para serem postos em operação, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente no exercício de 2012. Os ativos imobilizados recebidos em doação tiveram a sua mensuração resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico e/ou o valor patrimonial definido no termo da doação.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2011, e a determinação da vida útil e do valor residual de bens novos é realizada de acordo com a tabela de apresentada no item de depreciação.

Os bens que integram o imobilizado estão assim distribuídos:

As aquisições registradas em máquinas e equipamentos compreende uma central telefônica e aparelhos de microfones. As aquisições mais relevantes no ano destaca-se a conclusão da reforma da sede e da Delegacia de Crateús visando à melhoria das instalações físicas. Incorporou no ativo imobilizado o valor patrimonial definido em escritura pública do terreno a título gratuito almejando a construção de Delegacia na cidade de Juazeiro do Norte-Ce.

Descrição	Saldo 31.12.2017	Compras	Incoporações	Alienação	Desincorporação	Saldo 31.12.2018	Depreciação Acumulada
Móveis e Utensílios	233.758	9.614	-	-	-	243.373	-153.725
Máquinas Equipamentos	160.713	14.998	-	-	-	175.711	-77.551
Instalações	76.567	4.680	-	-	-	81.247	-4.226
Utensílios de Copa e Cozinha	6.779	838	-	-	-	7.617	-4.608
Veículos	94.022	-	-	-	-	94.022	-71.279
Equipamentos Processamento de Dados	202.925	-	-	-	-	202.925	-116.478
Sistemas e Processamentos de Dados	45.884	-	-	-	45.884	-	-41.295
Biblioteca	23.156	-	-	-	-	23.156	-16.209
Sede	2.200.138	-	1.405.899	-	-	3.606.036	-566.331
Subsedes/Salas/ Garagens	630.019	56.913	-	-	-	686.932	-159.201
Terrenos	802.000	-	135.000	-	-	937.000	-
Obras em Andamento	803.331	659.481	-	-	1.462,812	-	-
Total Imobilizado	5.279.292	2.152.422	135.000	-	1.508.695	6.058.018	1.210.902

Nota Explicativa 8

Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa VPCI n.º 004/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Descrição do Patrimônio	Vida Útil (Anos)	Valor Residual Taxa de Depreciação
Móveis e Utensílios	10 anos	10%
Maquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Equipamentos Processamento de Dados	10 anos	10%
Sede, Salas, Garagens	25 anos	10%

A tabela apresentada é uma referência e que pode sofrer alterações, se for possível definir, por meio de laudo e/ou procedimento técnico, que a utilização dos bens terá vida útil inferior ou superior ao determinado. A mesma inferência ocorre sobre o valor residual.

Nota Explicativa 9

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. As baixas de valores no Ativo Intangível no exercício de 2018 referem-se à softwares sendo amortizados pelo término da licença de uso.

Abaixo, apresentam-se sinteticamente os saldos bens intangíveis:

DESCRIÇÃO	Saldo 31.12.2017	Aquisições Compras	Baixas Alienação	Saldo 31.12.2018	Amortização
Software	-	51.933	-	51.933	-91
Total Intangível	-	51.933	-	51.933	-91

No que diz respeito à Amortização, os softwares são amortizados pelo prazo da sua licença de uso em quotas constantes.

Nota Explicativa 10

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Corresponde as provisões de Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, os quais são demonstrados por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As obrigações com pessoal e obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor original.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	52.862	38.782
Total	52.862	38.782

As obrigações trabalhistas com FGTS, INSS Patronal e PIS são contabilizadas na competência, de acordo com o cálculo constante no resumo da folha de pagamento e o recolhimento é feito de acordo com os vencimentos junto aos respectivos órgãos.

Nota Explicativa 11

Obrigações de Curto Prazo

Neste grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, depósitos consignados e fornecedores de curto prazo.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	7.473	32.888
Depósitos Consignáveis	36.687	26.993
Fornecedores	102.712	241.432
Total	146.873	301.313

As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas junto à fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços, de acordo com as Instruções Normativas da Receita Federal.

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, mensalidade sindical, dentre outros), e que deverão ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

As obrigações com Fornecedores, decorrentes da entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à Instrução de Trabalho VPCI/CFC nº 20/2018.

Nota Explicativa 12

Demais Obrigações de Curto Prazo

Corresponde às obrigações contidas nos grupos de Contas a Pagar (telefone, energia, água e outras afins), Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O detalhamento encontra-se a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Contas a Pagar Créditos de Terceiros	17.690	21.783
Transferências Legais	17.912	16.777
Outras Obrigações	33.864	29.997
Total	69.467	68.557

Nota Explicativa 13

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”. As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como “provável” entre outras são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

I. Provisões Trabalhistas

II. Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis.

I. Provisões Trabalhistas: são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento mensal

DESCRIÇÃO	2018	2017
Provisão de férias	220.310	150.732
Encargos Sociais	75.592	43.424
Total	295.902	194.157

Ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias em razão da contratação de colaboradores para o quadro funcional. Não há férias acumuladas e vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido em dezembro/2018.

II. Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda. A classificação dos riscos dos passivos contingentes são: praticamente certo, provável, possível e remota. Nos processos judiciais em que o CRCCE é réu o registro segue as orientações do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. Os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como “possível” e “remota” não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstra-se no quadro abaixo.

Descrição	2018		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos Trabalhistas				
Provável	1	194.041	1	194.041
Total	1	194.041	1	194.041
Processos Cíveis				
Provável	5	33.800	5	33.800
Possível	1	1.000	2	2.000
Total	6	34.800	7	35.800

II.As provisões para riscos trabalhistas e cíveis foram cons-tituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Procuradoria Jurídica do CRCCE. A escrituração contábil com as informações das provisões de riscos trabalhistas e cíveis em dezembro/2018 será registrada no exercício posterior. Portanto, os montantes provisionados em 2018 diferem de 2017 apenas pela movimentação do exercício em curso.

Provisão da Cota Parte - demonstra a obrigação legal devida ao CFC. O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD). Para a constituição de provisão no passivo é incidido 20% (vinte por cento) sobre a base líquida dos créditos.

DESCRIÇÃO	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão da Cota
Créditos a Receber - CP	2.437.771	487.554
Créditos a Receber - LP	428.108	85.622
Total da Carteira	2.865.879	573.176

Nota Explicativa 14

Empréstimos

Correspondente a empréstimo obtido junto ao CFC com a finalidade de proceder a construção, ampliação e/ou modernização da nossa sede. O registro do valor principal do empréstimo foi realizado pelo valor original e os juros e encargos financeiros a apropriar foram evidenciados em contas distintas, calculados de acordo com o contrato. Seguem saldos atualizados em 31/12/2018:

Títulos	2018	2017
Empréstimos - Curto Prazo	181.905	-
Empréstimos - Principal	190.558	-
Juros Sobre empréstimos	88.291	-
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	-96.943	-
Empréstimos - Longo Prazo	817.055	532.519
Empréstimos - Principal	762.231	527.862
Juros Sobre empréstimos	213.863	4.657
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	-159.039	-

Total de Empréstimos	2018	
Principal (CP + LP)	952.789	-
Juros (CP + LP)	302.154	-
Encargos Financeiros a Apropriar	-255.983	-
Total	998.960	

Nota Explicativa 15

Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

Compõe esse grupo as Cauções, Depósitos Judiciais decorrentes de sentenças e Honorários de Sucumbências.

Títulos	2018	2017
Valores de Terceiros e Restituíveis	-	57.167
Cauções	-	57.167

Em 2018 foi restituído a garantia de caução a empresa Irmec Construções Ltda em razão da conclusão da reforma da sede do CRCCE.

Nota Explicativa 16

Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente, conforme segue:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Patrimônio Líquido	6.244.323	6.184.376
Ajuste de Exercícios Anteriores	-8.950	-5.125
Resultado Patrim. do Exercício	68.897	766.504
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	6.184.376	5.422.997

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2018 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores, no montante de R\$ 8.950,00 (oito mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), sendo registrados os valores referentes a repactuação de contrato,

Nota Explicativa 17

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC.

Resultado Financeiro	2018	2017
Superávit Financeiro	-143.177	273.095
Ativo Financeiro	603.832	933.072
(-) Passivo Financeiro	747.009	659.977

Ativo Financeiro	2018	2017
Ativo circulante	3.088.297	3.293.973
(-) Créditos de Curto Prazo	-2.437.771	-2280.563
(-) Estoques	-46.693	-80,337
(=) Valor do Ativo Financeiro	603.832	933.072

Passivo Financeiro	2018	2017
Passivo Circulante	1.353.985	1.231.547
(-) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	-33.800	-34.800
(-) Provisão de Cota Parte	-573.176	-536.770
(=) Valor do Passivo Financeiro	747.009	659.977
Resultado Financeiro	-143.177	273.095

No exercício de 2018 foi apurado um déficit financeiro no valor de R\$ 143.777, decorrente principalmente, da diminuição da arrecadação atrelado ao aumento das despesas liquidadas e pagas no exercício.

Nota Explicativa 18

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

O A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência, correspondente a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas, escrituradas no subsistema patrimonial.

Descrição	2018	2017
Resultado Patrimonial	68.897	766.504
Var.Patrimoniais Aumentativas	14.046.151	13.117.127
Var. Patrimoniais Diminutivas	13.977.254	12.350.623

Nota Explicativa 19

Balanço Financeiro - BF

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extra orçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, dentre outros.

Nota Explicativa 20

Balanço Orçamentário - BO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e realizadas em confronto com a as despesas fixadas e executadas e ainda reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Desta forma, o orçamento do CRCCE para o exercício de 2018 foi aprovado por meio da Resolução nº 683/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, em 18 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 8.000.308,00 e suplementado conforme legislação vigente no valor de R\$ 23.000,00, totalizando em R\$ 8.023.308,00.

Nota Explicativa 21

Resultado Orçamentário

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício demonstrado a seguir:

Descrição	2018	2017
Resultado Orçamentário	-92.654	66.765
Receitas Arrecadadas	6.932.008	6.973.573
Despesas Empenhadas	7.024.662	6.906.807

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou déficit orçamentário de R\$ 92.654. A execução orçamentária da receita corrente demonstra que as disponibilidades de recursos financeiros obtidos por meio da atividade arrecadatória está em equilíbrio com a despesas correntes fixadas de manutenção e funcionamento do órgão. As receitas de capital obtidas contraídas por meio de operações de crédito se efetivaram. Contudo, os recursos investidos com alocação de investimentos necessários em obras e instalações e liquidação do empréstimo foram superiores a receita de capital obtida.

Nota Explicativa 22

Demonstrativos dos Restos a Pagar Processados (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados apresenta os valores de obrigações empenhadas e liquidadas, inscritas em restos pagar no exercício, bem como, as obrigações pagas de exercícios anteriores e/ou canceladas.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/09, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados, cuja metodologia atualizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade.

Em 31 de dezembro totalizou o valor de R\$ 177.753,37 (cento e setenta e sete mil reais setecentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos), corresponde a despesas empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o final do exercício.

No demonstrativo dos restos a pagar foi evidenciado o cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 13.422,98, decorrente do cancelamento de um registro efetuado a maior no exercício de 2017..

Nota Explicativa 23

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

OA Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Contador Robinson Passos de Castro e Silva

Presidente do CRCCE

Contadora Chismenia Chaves de Castro Almeida

CRCCE nº- 019945/O



Outras Informações Relevantes

Outras Informações Relevantes

O Conselho Regional de Contabilidade do Ceará publica pela primeira vez o Relatório Integrado com base no modelo IIRC12, do Conselho Internacional para o Relato Integrado, na Instrução Normativa TCU n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018 e na Portaria TCU n.º 369/2018 de 17 de dezembro de 2018. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e objetivo.

Foram selecionadas informações constantes do Sistema de Gestão por Indicadores (SGI), das demonstrações contábeis, das notas explicativas e do Planejamento Estratégico do CFC/CRCs.

Para a determinação de materialidade das informações relevantes, foi aplicado pelos gestores setoriais do Conselho identificação de informações relevantes para conter neste relatório.

•

Planejamento Estratégico Master Plan Contábil

Estamos construindo o planejamento estratégico para a classe contábil cearense, em parceria com as entidades de classe e segmentos profissionais. O Master Plan Contábil pretende sugerir ações e propostas para a valorização da classe, com investimentos em qualificação profissional e na formação de novos líderes.



Aplicativo Comunicação Pública

Ciente da necessidade de adequar as atividades do CRCCE às novas tecnologias, ampliou as divulgações nas redes sociais e aderiu ao aplicativo Comunicação Pública, com o intuito de facilitar o dia a dia dos profissionais da Contabilidade, restringindo a necessidade de deslocamento até a Sede para informações e serviços. O aplicativo Comunicação Pública reúne num único ambiente diversas informações, permitindo maior aproximação da sociedade com o poder público. Com isso, passamos a oferecer informações gratuitas na palma da mão sobre cursos, registro profissional, fiscalização, cobrança e até mesmo manifestação de Ouvidoria.



CRCCE e o seu Papel Social

Somente a Comissão de Voluntariado do CRCCE realizou 136 eventos ao longo do ano com arrecadação de donativos. Ao todo, mais de cinco mil itens foram doados, como alimentos não perecíveis, leite, artigos de higiene pessoal e brinquedos, destinados às entidades sociais conveniadas.



Em 2019, continuaremos conduzindo a entidade com responsabilidade, ética e transparência, investindo os recursos arrecadados com a anuidade nas atribuições legais de registro e fiscalização, bem como qualificando os profissionais, em benefício da sociedade.

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CCI/CFC)

Quadro da situação de atendimento das demandas da CCI

Relatório de Auditoria	Nº do item	Descrição Sucinta do Item da Deliberação	Providências Adotadas / Ações Implementadas.
01/18	4.2.1.1	Recomenda-se ao Regional que faça levantamento das pendências e realize ajustes em seu Portal de Transparência, em cumprimento a Resolução CFC n.º 1.439/13, e as orientações emitidas pela Comissão Permanente de Transparência do CFC.	A recomendação de levantamento de pendências no Portal de Transparência já foi realizada, sendo inseridas todas as informações pendentes, devendo ser realizado controle mais rigoroso, em especial sobre a inserção das Portarias e Resoluções do Regional.
01/18	4.2.2.1	Recomenda-se que o Regional adote medidas no sentido de providenciar o recebimento dos débitos vencidos, com o fito de preservação da imagem da Entidade junto à classe contábil, inclusive com a possibilidade de extinção e perda de mandato do conselheiro, conforme inciso IX do Art. 16 da Resolução CFC 1.370/2011.	Estão sendo adotadas medidas de controle para atender a recomendação de acompanhamento do recebimento dos débitos vencidos de conselheiros, delegados e funcionários, para a preservação da imagem da Entidade junto à classe contábil, inclusive com a possibilidade de extinção e perda de mandato do conselheiro.
01/18	4.2.3.1	Recomenda-se ao Regional que nas novas contratações realize estudo para que as diárias e horas extras estejam previstas no ato convocatório de acordo com a necessidade e conforme orientações contidas na IN 05/2017	O Regional adotou as medidas para atender a recomendação para inserção nas novas contratações de diárias e horas extras necessárias, através de estudo técnico preliminar, conforme orientações contidas na IN 05/2017-MPDG.
01/18	4.2.3.2	Recomenda-se ao Regional que avalie a natureza das despesas executadas por meio do suprimento de fundos, adotando medidas que visem melhorar a programação das suas aquisições, e que as despesas rotineiras, passíveis de planejamento, sejam submetidas a procedimento licitatório ou de dispensa de licitação, dependendo da estimativa do valor (Acórdãos nºs 1624/2013 –Plenário e 1305/2010 – TCU – 1ª Câmara).	Recomendação já adotada.
01/18	4.2.3.4	Recomenda-se ao Regional que no caso dos cursos e palestras de curta duração, relacione o nome dos eventos realizados, com a indicação da quantidade de participantes e discriminação por categoria profissional. Anexar ao processo à programação desses eventos e a lista de presença.	A recomendação ao Regional está sendo observada.

Relatório de Auditoria	Nº do item	Descrição Sucinta do Item da Deliberação	Providências Adotadas / Ações Implementadas.
01/18	4.2.4.2	Recomenda-se que o Regional, quando da elaboração dos seus processos, observe a devida motivação para a abertura da contratação, devendo constar nos autos a demonstração do alinhamento entre a contratação e o plano de trabalho do CRCCE, informação dos requisitos mínimos da contratação, justificativa para a escolha da forma de contratação e informação dos resultados pretendidos com a contratação.	A recomendação está sendo observada seguindo-se, no que couber, a IN 5/2017-MPDG.
01/18	4.2.4.4	Recomenda-se que ao realizar cotação de preço junto aos fornecedores, observe o art. 3º da Instrução Normativa nº 5/2014 – SLTI/MPOG e junte aos autos comprovação da solicitação de cotação.	A recomendação para que se junte aos autos a comprovação da solicitação de cotação de preços já está sendo cumprida, nos termos da IN 5/2014.
01/18	4.2.4.5	Recomenda-se que se priorize as consultas de pesquisa de preço ao Portal de Compras Governamentais e as contratações similares de outros entes públicos, em observância às orientações do Tribunal de Contas da União. Orienta-se ao Regional que utilize como balizamento, o Guia de Orientação que trata da Instrução Normativa MPOG nº 03/2017, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.	A recomendação para que o Regional priorize as consultas de pesquisa de preço no Portal de Compras Governamentais e nas contratações similares de outros entes públicos já está sendo observada.
01/18	4.2.4.6.1	Recomenda-se ao Regional que: a) comprove a inviabilidade de competição, com a razão da escolha do fornecedor ou executante, nas condições contidas na Orientação Normativa/ AGU nº 17, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, conforme orienta o inciso II e III do § único do art. 26 da Lei nº 8.666/93.	As recomendações para que o Regional comprove a inviabilidade de competição, com a razão da escolha do fornecedor, valor dos serviços ou bens está sendo observada nas contratações da espécie.
01/18	4.2.4.6.1	b) formalize obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade, conforme preconizado no art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93 (Acórdão 3352/2015 – plenário – TCU). Além disso, que observe os prazos de ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias como condição para eficácia dos atos, conforme estabelecido no art. 26 da Lei nº 8.666/93.	As recomendações para que o Regional elabore contratos está sendo observada nas contratações da espécie.
01/18	4.2.4.7.1	Recomenda-se que os projetos básicos/termos de referência, sejam elaborados e assinados pelo setor requisitante, conforme art. 9º do Decreto nº 5.450/05, assegurando que cada função seja desempenhada por um responsável distinto, especialmente quando as funções envolvem a execução e a fiscalização de determinada atividade, em obediência ao princípio da segregação de função.	Recomendação imediatamente adotada.

Relatório de Auditoria	Nº do item	Descrição Sucinta do Item da Deliberação	Providências Adotadas / Ações Implementadas.
01/18	4.2.4.8	Recomenda-se adotar nas próximas contratações, estudo preliminar com a identificação das necessidades, podendo se utilizar como parâmetro de séries históricas de contratos anteriores; levantar a demanda existente; consumo do almoxarifado, etc, de forma a se buscar técnicas apropriadas para estimar a quantidade necessária ao alcance do resultado pretendido. Além disso, observe as orientações contidas no Acórdão 862/2015-TCU – Plenário, quanto à priorização na adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP.	O Regional adotou medidas para atender a recomendação para inserção em suas contratações de Estudo Técnico Preliminar-ETP, conforme orientações contidas na IN 05/2017-MPDG. Assim como se cabe a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, e, em não sendo, será apresentada justificativa.
01/18	4.2.4.9	Recomenda-se que nas aquisições por menor preço global, com vários lotes e itens, seja indicado no termo de referência/Edital, o valor máximo a ser aceito para cada item licitado, de forma a se verificar a adequabilidade dos custos unitários e coibir possíveis "jogos de planilha".	Regional passou a usar o Sistema do Comprasnet para a realização de Pregões Eletrônicos, o que favoreceu tais análises.
01/18	4.2.4.15	Recomenda-se ao Regional que avalie a implementação do levantamento do tempo médio gasto em cada modalidade de licitação, avaliando seus possíveis obstáculos, de forma a contribuir com o planejamento e governança nas aquisições.	Recomendação acatada
01/18	4.2.4.16	Recomenda-se ao Regional que promova treinamento das equipes técnicas, tanto do setor de compras, como dos setores requisitantes, de modo a garantir o processamento das compras em conformidade com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos, e ainda, a Instrução Normativa nº 05/2017	Recomendação acatada através da realização de cursos específicos.
01/18	4.2.5.1	Recomenda-se ao Regional que realize o levantamento físico dos bens móveis com a maior brevidade e que apresente relatório com o resultado dos trabalhos desenvolvidos, observando as informações contidas no Manual Administrativo Financeiro do Sistema CFC/CRCs	A recomendação apresentada ao Regional está sendo acatada e em processo de elaboração do relatório.



Anexos

Declaração de Integridade do Relato Integrado 2018

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme as recomendações da IN n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018, anexo II e Portaria TCU n.º 369, de 17 de dezembro de 2018, que sou responsável por assegurar a integridade das informações contidas no Relato Integrado – 2018 referentes às informações disponibilizadas pelas Vice-Presidências do Conselho Regional de Contabilidade e reconheço que na preparação e na apresentação do Relato Integrado – 2018 os dados e informações foram elaborados e analisados por estas Vice-Presidências, por meio de suas respectivas coordenadorias e gerências setoriais do Órgão.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2019.

Contador Robinson Passos de Castro e Silva

Presidente

Contadora Francisca Augusta Barbosa

Vice-Presidente de Ações Institucional

Contador Francisco Flávio Cardoso Gusmão

Vice-Presidente de Registro

Contador Otacílio Valentim Andrade

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Marcos Aurelio Tavares

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Fellipe Matos Guerra

Vice-Presidente Técnico

Contador Adalberto Ferreira de Sousa

Vice-Presidente Administrativo

Contador Eduardo Araújo de Azevedo

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Téc. em Contabilidade José Avelar Gomes

Vice-Presidente de Integração Estadual

Expediente

Presidente do CRCCE

Robinson Passos de Castro e Silva

Vice-Presidente de Ações Institucional

Francisca Augusta Barbosa

Vice-Presidente de Registro

Francisco Flávio Cardoso Gusmão

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Otacílio Valentim Andrade

Vice-Presidente de Controle Interno

Marcos Aurélio Tavares

Vice-Presidente Técnico

Fellipe Matos Guerra

Vice-Presidente Administrativo

Adalberto Ferreira de Sousa

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Eduardo Araújo de Azevedo

Vice-Presidente de Integração Estadual

José Avelar Gomes

Superintendente Executivo

Alysson Arruda Pinto

Equipe Responsável pela Elaboração

Superintendente Executivo

ALYSSON ARRUDA PINTO

Cordenador de RH e DP

ANTONIO LAERTE ROCHA NETO

Cordenadora da Contabilidade

CHISMENIA CHAVES DE CASTRO ALMEIDA

Gerente de Logística

FRANCISCO WELLINGTON LIMA DO NASCIMENTO

Cordenador de T.I

JOCÉLIO DE LIMA BARRETO

Assistente de Gestão

MAIZA MAGALHAES DA COSTA GONDIM

Gerente de Compras

MEIRE VILENE TEIXEIRA MOREIRA

Procuradora Jurídica

MICHELINE ROUSE H TOMAZ DE OLIVEIRA

Cordenadora de Desenvolvimento Profissional

SHIRLLEY BARROS ANDRADE SOUSA OLIVEIRA

Cordenador do Registro

WAGNER DUTRA DO CARMO

Cordenadora da Fiscalização

MARIA LUCIA DE NEGREIROS SECUNDINO

Assessora de Imprensa

ISABELLA CAVALCANTI NASCIMENTO

Responsável pelo Projeto Gráfico do Relato Integrado do CRCCE

JUSCELINO FELIPE MENDES DE SOUSA